

LENI DA COSTA RIBEIRO

**A TRAJETÓRIA DE VIDA DE UM JOVEM QUE VIVENCIOU O ROMPIMENTO
DOS VÍNCULOS FAMILIARES E UM LONGO PERÍODO DE ABRIGAMENTO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

PROFESSORA ORIENTADORA
MYRIAN VERAS BAPTISTA

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
2008

LENI DA COSTA RIBEIRO

**A TRAJETÓRIA DE VIDA DE UM JOVEM QUE VIVENCIOU O ROMPIMENTO
DOS VÍNCULOS FAMILIARES E UM LONGO PERÍODO DE ABRIGAMENTO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social, sob a orientação da Professora Doutora Myrian Veras Baptista.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
SÃO PAULO
2008

BANCA EXAMINADORA

Agradecimentos

À professora e orientadora Myrian Veras Baptista por sua dedicação, compreensão, paciência e sabedoria, obrigada por tudo.

Aos meus pais, sempre vivos em minha memória. Exemplo de vida, humildade e determinação. Saudades.

Aos meus queridos irmãos Luiz Carlos, Lenine e Wladimir. Pela certeza do apoio, da compreensão e do carinho em qualquer momento de minha vida.

Às minhas adoradas sobrinhas Ana e Laura.

A todos os amigos que me incentivaram, em especial a Catarina Volic.

Às professoras Doutoras Maria Lucia Carvalho da Silva e Eunice Terezinha Fávero pela importante contribuição no exame de qualificação.

Ao Mariano, coordenador do Projeto Passos, pela atenção com que me recebeu e colaborou com essa pesquisa.

Ao Wilson dos Santos pela disponibilidade e motivação demonstradas durante o desenrolar da pesquisa de campo, o que tornou

possível a realização desse trabalho. Foi uma honra conhecê-lo nessa caminhada. Admiro sua força transformadora e sua coragem. Vá em frente e realize todos os seus sonhos.

A todos aqueles que deixei de mencionar, meu reconhecimento e gratidão.

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo conhecer a trajetória de vida e o modo como um jovem, que perdeu o vínculo com sua família de origem e vivenciou um longo período de abrigo, vem construindo o seu projeto de vida.

Trata-se de investigação qualitativa que se utiliza da metodologia da história oral. Nela se busca compreender, a partir de um sujeito tomado como expressão de seu coletivo, as representações que vão se construindo na particularidade de uma trajetória de vida na qual os vínculos familiares foram rompidos na infância.

Por meio de uma aproximação analítica a essa trajetória, busca-se apreender o seu processo de socialização, a construção de sua identidade, os modos de inclusão social vivenciados, tendo como foco de análise as possibilidades de construção de um projeto de vida.

ABSTRACT

The objective of the present study is to recognize the trajectory of life and the way how a boy, that lost his original family vinculum and has lived a long seclusion period, is now constructing a new way of life.

The intent is a qualitative investigation that make use an oral history methodology. There, we try to understand, through a subject taken as a colective expression, the representations that have being constructed by a life trajectory detail where, during childhood, the family vinculum was broken.

Through an analytical approach of such trajectory, we try to grasp his socialization process, his identity construction, the social inclusion ways of life, having as an analysis focus the possibilities of a life project construction and reconstruction.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I - BREVE HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E DE ADOLESCENTES.....	19
CAPÍTULO II - CONFIGURAÇÃO DO PROJETO PASSO.....	27
CAPÍTULO III - O RELATO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE UM JOVEM QUE VIVENCIOU O ROMPIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E UM LONGO PERÍODO DE ABRIGAMENTO.....	34
CAPÍTULO IV - UMA APROXIMAÇÃO ANALÍTICA A ESSA TRAJETÓRIA DE VIDA, ASSUMINDO O JOVEM COM UMA EXPRESSÃO DE SEU COLETIVO.....	58
4.1 Processo de socialização	58
4.2 Construção da identidade	68
4.3 Inclusão social.....	75
4.4 Projeto de vida.....	84
CONCLUSÃO.....	89
REFERÊNCIAS.....	94

INTRODUÇÃO

No período de 1992 a 2000, atuei como assistente social em uma das Varas da Infância e da Juventude do Estado de São Paulo – VIJ. No início, as demandas dessa instituição – adoção, violência doméstica, abrigo, entre outras – eram atendidas por toda a equipe do Serviço Social.

Decorrido certo tempo, a equipe considerou que formar grupos de assistentes sociais, de modo que cada grupo atendesse a uma determinada questão, poderia enriquecer a compreensão de sua problemática. Essa compreensão compartilhada pela equipe serviria de suporte para o profissional lidar com a complexidade e imprevisibilidade das situações apresentadas no seu cotidiano de trabalho e, assim, superar, de certa forma, a falta que sentíamos de uma supervisão.

Desse modo, passei a atuar principalmente com abrigo cujos motivos, a princípio, não estavam relacionados à violência doméstica ou à adoção. Essa maior aproximação com a questão do acolhimento institucional me permitiu perceber a existência de um número significativo de crianças e de adolescentes que, por razões diversas, perderam os vínculos com a família de origem e não puderam ser inseridos em família substituta, entre outras razões, pela idade tardia.

Por causa da dificuldade de encontrar alternativas para essa situação, o abrigo tornava-se o principal espaço para o desenvolvimento dessas crianças e adolescentes. Apesar de eu ter claramente os limites

da ação profissional nesses casos, a impossibilidade de encontrar outros meios para equacionar a questão me causava grande insatisfação, tanto em relação à precariedade da resposta dada à situação dessa população, quanto em relação aos sentimentos de revolta, de conformismo, de incertezas dessas crianças e adolescentes, com os quais deparei nessa prática profissional e que pareciam aumentar com a aproximação do desabrigo, conforme é explicitado no relato a seguir:

[Cristiane sendo a mais velha do grupo de irmãos, conforme relatório do abrigo] (...) teme ser mandada embora por ter completado 18 anos. (...) Pediu que fosse colocada sua vontade de ir ao Fórum e falar com o juiz, pois ela quer que ele fale como vai ficar agora que é de maior (OLIVEIRA, 2001, p. 172).

Frente a essa realidade, as perguntas que freqüentemente fazia em meu cotidiano de trabalho era: qual o significado desse abrigo prolongado na vida desses adolescentes? O que acontece com eles após o desligamento institucional, tendo que enfrentar sozinhos condições sociais semelhantes àsquelas que determinaram seu abrigo?

Em 2003, foram realizadas duas pesquisas sobre abrigos, uma nacional e outra no âmbito municipal. Ambas têm como fonte: a Pesquisa de Abrigos de São Paulo – SAS /ORSA/NCA-PUCSP/AASPTJ-SP

A municipal abrangeu 185 abrigos em um universo de 190. Constatou 4.847 crianças e adolescentes abrigados entre novembro de 2002 e março de 2003, com a seguinte composição familiar:

com família e com vínculo.....	58,2% (2.820)
com família e sem vínculo.....	22,7% (1.100)
família desaparecida.....	6,7% (324)
impedimento judicial.....	5,8% (281)
sem família.....	4,6% (222)

Essa pesquisa constatou que “A grande maioria dos que legalmente podem ser adotados (84%) tem entre 8 a 19 anos de idade, ou seja, são aqueles para os quais pouco existe de chances de adoção. A adoção não é solução para a maioria dos abrigados. A necessidade dessa maioria precisa ser incluída na atenção do Poder Público e da sociedade civil, talvez até mesmo como uma política de prioridade para novas soluções de desabrigamento” (p. 111).

A nacional pesquisou 626 instituições. Nelas se constatou a presença de 20 mil crianças e adolescentes abrigados, na seguinte situação familiar:

com família e com vínculo.....	58,2% (11.640)
com família e sem vínculo.....	22,7% (4.540)
impedimento judicial.....	5,8% (1.160)
família desaparecida.....	6,7% (1.340)
sem família.....	4,6% (920)

Os dados dessas pesquisas indicam ser significativa essa demanda, conforme parecia na observação empírica. Por entender que

essa população merece uma atenção especial, procuro trazer como questão para minha dissertação o modo como jovens que vivenciaram um longo período de abrigamento e a ruptura com os vínculos familiares estão construindo suas vivências após efetivarem o seu desligamento.

Essa questão ainda é pouco conhecida e pouco desperta o interesse da sociedade para um debate mais amplo. No geral, esses adolescentes, ao completarem 18 anos, deixam de ser responsabilidade do Estado, tendo que viver por conta própria. É como se a questão estivesse na idade dos adolescentes e não nas precárias condições de vida a que foram submetidos em uma sociedade marcada pela desigualdade social.

Para melhor nos aproximarmos dessa questão ainda pouco conhecida, inicialmente fizemos uma pesquisa bibliográfica, privilegiando estudos dirigidos à história desses adolescentes que, por diversas razões, perderam os vínculos familiares, permaneceram um longo período no abrigo, procurando saber como se dá sua inserção na vida fora do abrigo.

Dos estudos acessados, apenas dois tratavam dessa questão. Um deles, ainda referente ao período da ditadura, é o de Roberto da Silva, *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. Esse estudo indicou a dificuldade de o sujeito, após longo período de abrigamento, viver longe da tutela institucional.

O outro é o de Anadyr de Carvalho Cunha, *O dia seguinte: a vida além dos muros de adolescentes egressos do Programa Casa de Convivência – FEBEM/DT2*. Nele a pesquisadora desvela, após o

desabrigamento, um modo de inserção social configurado pela subalternidade.

Nesse sentido, o objetivo do presente estudo é, por meio de uma aproximação analítica da trajetória de vida de um jovem, expressão de seu coletivo, dar visibilidade para uma realidade ainda pouco conhecida, levantando algumas questões que contribuam para uma prática profissional comprometida, ética e politicamente, com a realidade desses sujeitos, o que pode auxiliar na construção de uma identidade que lhes permita delinear seu próprio projeto de vida após o desabrigamento.

Na busca de espaço para a realização dessa pesquisa, no II Seminário Abrigar: Proteção e Cuidado Integral, realizado no final de 2006, tive oportunidade de conhecer o Projeto Passos. Esse projeto apresenta uma proposta de trabalho já adiantada que contempla o tema de minha pesquisa. Entrei em contato com o seu coordenador, colocando-lhe meu interesse em tornar esse espaço o meu universo de estudo. Assim, para um melhor conhecimento sobre esse projeto, foram realizadas duas entrevistas com o seu coordenador.

Para a escolha dos sujeitos, solicitei a ele a indicação de dois jovens significativos para a coleta de dados, com o critério de serem jovens que pudessem melhor expressar suas opiniões sobre sua trajetória de vida. A outra condição para escolha desses sujeitos foi um longo período de abrigo, acrescido da ruptura com os vínculos familiares.

Com a indicação feita pelo coordenador do projeto, entramos em contato com esses jovens por telefone e marcamos um primeiro encontro com ambos para me apresentar e iniciar uma vinculação capaz de facilitar um trabalho construtivo. Minha intenção também era apresentar o tema da pesquisa e seus objetivos para que pudéssemos obter a colaboração de ambos.

Nesse encontro, um dos jovens não compareceu, e por ele também ter se ausentado em outro encontro após o início dos trabalhos, ficou decidido com minha orientadora que iríamos prosseguir o estudo com um único sujeito.

Seguir esse estudo com apenas um sujeito apoiou-se no fato de compreendermos que o sujeito, sendo um ser social, ao relatar sua história fornece dados consistentes sobre o grupo social do qual faz parte: “O indivíduo (a individualidade) contém tanto a particularidade quanto o humano-genérico que funciona consciente e inconscientemente no homem” (HELLER, 2004, p. 22).

Do mesmo modo, Khoury nos diz que as narrativas estão imbricadas no contexto social do qual emergem:

As obras de Raymond Williams têm nos servido de apoio para uma melhor compreensão das narrativas como práticas sociais, como expressões da experiência vivida, enraizadas no social e interferindo nele. No seu dizer, por meio da linguagem as pessoas compreendem e interpretam a realidade; ela é a articulação da experiência ativa e em transformação; ela é social e ocorre dentro da relação e do relacionamento. É nesse sentido que tomamos as narrativas como práticas sociais, portanto em movimento, na dinâmica social vivida. Tanto fatos como narrativa se constroem nas e pelas redes de relações em que estão inseridos (KHOURY, 2004, p. 123).

Nesse sentido, considere que Wilson, o depoente dessa pesquisa, por apresentar capacidade de explicitar de modo crítico as suas experiências, é expressão de um coletivo, ou seja, de um grupo de jovens, sem referência familiar, que passou a maior parte de sua vida em um abrigo. Nessa perspectiva assim se posiciona Goldmann:

Quase nenhuma ação humana tem por sujeito um indivíduo isolado. O sujeito da ação é um grupo, um “Nós”, mesmo se a estrutura atual da sociedade, pelo fenômeno da reificação, tende a encobrir esse “Nós”, e a transformá-lo numa soma de várias individualidades distintas e fechadas umas às outras. Há entre os homens uma outra relação possível além da relação de sujeito a objeto ou da de Eu a Tu: é uma relação de comunidade que chamaremos o “Nós”, expressão de uma ação comum sobre um objeto físico ou social (GOLDMANN, 1979, p. 18-19).

Wilson, o jovem que deu prosseguimento ao nosso trabalho, mostrou-se desde o primeiro encontro bastante interessado e colaborativo. Deixamos a seu critério o local e o horário da realização das entrevistas. Ele escolheu o espaço do Educandário Dom Duarte, local pelo qual pareceu nutrir um sentimento de pertencimento.

As entrevistas foram realizadas aos sábados, visto que ele estava vivenciando um período de sua vida com pouca disponibilidade de tempo por estar concluindo o curso de educação física. Wilson cursava dois semestres em apenas um, pois tinha a perspectiva de participar de um intercâmbio cultural na Alemanha, para o que precisava concluir a faculdade. Ele também estava bastante preocupado com a construção de seu TCC. Apesar disso, compareceu a todas as entrevistas com interesse, chegando sempre antes do horário marcado. Mesmo ao encerrarmos nossos trabalhos, ele se colocou à disposição para novos contatos caso fosse necessário.

Com o seu consentimento, gravamos todas as entrevistas e, após a organização do material coletado, marcamos um novo encontro para leitura para ele poder alterar ou introduzir outros dados, se assim desejasse. Por esta ocasião, ele manifestou o desejo de que sua história fosse relatada utilizando o seu próprio nome – desejo que respeitei nesta dissertação.

Por se tratar de uma pesquisa exploratória, prescindi de hipóteses e de um roteiro de entrevista. Nesse sentido, para iniciar nosso trabalho, foi solicitado a Wilson que nos contasse sua história de vida. No transcorrer de sua narrativa, configurou-se entre nós uma relação dialógica. Assim procedemos, tendo por base a experiência profissional acumulada que nos mostra ser esta a melhor maneira de nos aproximarmos do outro com possibilidade de troca. E também por compartilharmos das idéias de Portelli quanto à postura que o entrevistador deve ter:

Uma entrevista é uma troca entre dois sujeitos: literalmente uma visão mútua. Uma parte não pode ver a outra a menos que a outra possa vê-la em troca. Os dois sujeitos interagindo não podem agir juntos a menos que alguma espécie de mutualidade seja estabelecida. O pesquisador de campo, entretanto, tem um objetivo amparado em igualdade, como condição para uma comunicação menos distorcida e um conjunto de informações menos tendenciosas (PORTELLI, 1997b, p. 9).

Portelli também nos alerta:

E, se ouvirmos e mantivermos flexível nossa pauta de trabalho, a fim de incluir não só aquilo que acreditamos querer ouvir, mas também o que a outra pessoa considera importante dizer, nossas descobertas sempre vão superar nossas expectativas (PORTELLI, 1997a, p. 22).

Para a organização do material, procurei ser fiel à seqüência em que Wilson relatou sua história. Entretanto, por se tratar de uma trajetória de vida que por vezes implica memória, ele retomava um fato dito anteriormente e o tornava mais claro. Desse modo, optei por unir, com parênteses, essas falas, mesmo ditas em momentos diferentes. Outras vezes, considerei que isso poderia distorcer o sentido que ele dava aos fatos, e os transcrevi na ordem em que ele os dissera, como é o caso de suas lembranças do tempo vivido no Passos, que o fizeram lembrar-se do período do Educandário. Assim, em suas falas por vezes aparecerão em um mesmo momento vivências ocorridas tanto no Educandário quanto no Passos, e até mesmo momentos já vividos fora da vida institucional.

O primeiro capítulo versa sobre a história da criança institucionalizada. A preocupação em fazer esse resgate se deu por tentar entender o modo como, ao longo dessa história, a família e suas crianças foram tratadas pelo Estado e a repercussão disso na vida dessas crianças após o desligamento institucional. Nesse capítulo estão contidos os estudos específicos que fiz sobre os trabalhos de Roberto da Silva e de Anadyr de Carvalho Cunha, que tratam de como essa questão se configurou na época da ditadura e nos primórdios do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Também faço referências às iniciativas mais recentes sobre a questão do desabrigamento.

No segundo capítulo, trato do Projeto Passos. Para esse capítulo, tomei por base duas entrevistas realizadas com o seu coordenador, tendo sido mantida a maneira dele de interpretar as questões. Algumas falas foram deslocadas de lugar para dar continuidade a determinada temática, mas as próprias palavras dele foram mantidas.

No capítulo três é apresentado o relato de Wilson sobre sua trajetória de vida. Transformar o relato do sujeito dessa pesquisa em um capítulo desse estudo se deu por ele ter como premissa a centralidade do sujeito e também por considerar que esse procedimento permite outros modos de análise do material.

O quarto capítulo constitui-se em uma aproximação analítica da trajetória de vida de Wilson, na qual busco, por meio das categorias que emergiram de seu discurso, compreender os aspectos marcantes de sua vida e o modo como ele lidou nos diversos espaços por onde transitou.

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRICO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Para contextualizar a questão da criança e do adolescente institucionalizados, partimos dos estudos de Baptista (2006) e Rizzini (2004). Eles revelam que, até o início da década de 1990 a questão apresentou duas características fundamentais: a desqualificação da família, implicando uma visão isolada da criança, e a prática do recolhimento e reclusão como principal instrumento de assistência à infância no País.

A prática de institucionalização de crianças inicia-se com o processo de colonização do Brasil, período em que foi criado o primeiro abrigo, denominado “Casa dos Muchachos”. Ele abrigava crianças indígenas que, separadas de suas tribos pelos jesuítas, eram catequizadas e utilizadas como intérpretes na aculturação dos índios.

Nesse período, em decorrência da exploração e da miséria já haviam crianças brancas e mestiças vivendo em situação de rua. Muitas eram acolhidas por famílias e, freqüentemente, utilizadas como mão-de-obra gratuita.

A questão da criança abandonada era responsabilidade das câmaras municipais, função que assumiam com omissão e negligência, delegando-a para outras instituições, em especial as Santas Casas de Misericórdia, ou limitando-se a pagar amas-de-leite, que, em muitos

casos, eram acusadas de praticar maus-tratos. Em razão do tratamento dispensado à criança, nessa época era elevado o índice de mortalidade desses expostos assistidos.

Na Monarquia, o atendimento individual foi substituído pelo asilar. Por iniciativa da Igreja Católica, foram criadas as Casas de Recolhimento dos Expostos, que tinham como preceito as práticas religiosas e o restrito contato com o mundo exterior. Nelas, as crianças recebiam tratamento diferenciado de acordo com a hierarquia social da época.

Esse atendimento asilar era organizado mediante a divisão por sexo e, em muitos casos, mediante a situação legal – havia asilos somente para a proteção de órfãos pobres, filhas de casamento legítimo, e outros para indigentes, filhas naturais de mães pobres ou órfãs desvalidas. Havia ainda divisões determinadas pelo critério racial, ou seja, espaços para “órfãos brancas” e outros, para “meninas de cor” (...) As crianças que viviam nas Casas de Recolhimento dos Expostos não recebiam nenhuma instrução sistemática: faltavam planos e objetivos educacionais (BAPTISTA, 2006, p. 27).

A criação das Companhias de Aprendizes de Marinheiros e dos Arsenais de Guerra foi outro modo de enfrentar a questão da criança carente.

Analisando-se o número de internos nas companhias durante o período imperial, percebe-se que as mesmas tiveram importante participação na “limpeza” das ruas das capitais brasileiras. Milhares de crianças passaram por estas instituições, mas pouco sabemos de suas histórias (RIZZINI E RIZZINI, 2004, p. 25).

No tocante ao destino das meninas, a autora comenta que:

Nestes asilos, meninas e moças eram educadas nos misteres do seu sexo, ou seja, nos trabalhos domésticos e de agulha e na instrução elementar. O regime conventual seguido por tais instituições impunha às internas um limitado contato com o exterior. De lá só podiam sair

casadas, com dote garantido pela instituição, através de legados e doações, ou através do “favor” dos governos provinciais. Há indícios de que o destino mais comum era o de que fossem criadas em casas de famílias, nem sempre contando com o pagamento pelo seu trabalho (RIZZINI E RIZZINI, 2004, p. 27).

Nas primeiras décadas do século XX, as profundas transformações sociais causadas pela industrialização, em especial a concentração da população na área urbana, deram maior visibilidade à questão da criança e do adolescente, exigindo do Estado uma resposta a essa questão. Têm-se assim, no período republicano, a consolidação da assistência oficial e a criação do Código de Menores.

Observa-se, no entanto, que a atuação do Estado pautou-se, em especial, em classificar a família como incapaz e culpabilizá-la por sua situação. Desse modo, proteger a criança era, sobretudo, afastá-la do convívio familiar.

... com a consolidação da assistência oficial, famílias e menores estarão exaustivamente inseridos nas práticas discursivas das instituições produtoras de saberes sobre essa população (...) O inquérito estatístico publicado em 1939 pelo Juízo de Menores do Distrito Federal revela que mais de 60% dos requerimentos eram por internações (...) A produção discursiva de todo o período da forte presença do Estado no internamento de menores é fascinante, pelo grau de certeza científica com que as famílias populares e seus filhos eram rotulados de incapazes, insensíveis e uma infinidade de rótulos... (RIZZINI E RIZZINI, 2004, p. 30-31).

Desde a aprovação do Código de Menores em 1927, estrutura-se um modelo de atenção ao menor baseado na centralização do atendimento oficial. Mas é somente em 1941 que a assistência centralizada é implantada pelo governo Vargas, com a fundação do Sistema de Assistência ao Menor – SAM, subordinado ao Ministério da

Justiça. Porém, esse órgão, marcado pela corrupção e por relações clientelistas, tem sua finalidade desvirtuada:

Paulo Nogueira Filho publicou em 1956, ano em que deixou a direção do SAM, uma extensa obra de denúncias sob o título SAM: Sangue, Corrupção e Vergonha, em que esmiúça a exploração de menores e a corrupção da “infra-gang” (nos internatos e na sede) e da “super-gang” (no Ministério da Justiça), que transformavam os seus internatos em verdadeiras sucursais do inferno, outra representação corrente da instituição (RIZZINI E RIZZINI, 2004, p. 34-35).

Em 1964, no primeiro ano do governo militar, em substituição ao SAM é criada a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor – FUNABEM. Esse novo órgão nacional, com autonomia financeira e administrativa, formulou a Política Nacional de Bem-Estar do Menor – PNBEM, que tinha como diretriz a valorização da família e a integração do menor na comunidade. Internar era o último recurso.

Todavia, em razão de sua estrutura altamente centralizadora e da priorização da internação como medida de segregação dos menores marginalizados, prevaleceu a cultura da institucionalização. “A antiga prática de recolhimento de crianças na rua foi intensificada (...) a FUNABEM de 1967 até junho de 1972, havia recolhido cerca de 53 mil crianças” (RIZZINI E RIZZINI, 2004, p. 37)

O atendimento era baseado na massificação e separação por gênero e idade, separando irmãos e parentes. Os complexos, com capacidade para abrigar em média 100 internos, pautavam-se no modelo de instituições totais, o que dificultava o contato dos internos com o mundo exterior.

Silva (1998) revela que a política de atendimento dessa época, por vezes, resultou na dificuldade do sujeito em viver longe da tutela institucional.

Um terço das 370 crianças precocemente institucionalizadas, que constituem o objeto deste estudo, se orientaram mais tarde para uma carreira delinqüente; depois disso, uma parte significativa delas se tornou reincidente e multirreincidente, números que retratam a impropriedade das condições a que foram submetidos (...) sobretudo do ponto de vista da formação de indivíduos autônomos, capazes de estabelecer com o mundo uma relação livre e independente de uma instituição de tutela (SILVA, 1998, p. 8-9).

A década de 1980 é marcada por uma ampla mobilização em torno da denúncia da falência do Código de Menores e da PNBM, o que resultou, em 1990, na promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Instala-se, assim, um novo paradigma de direitos pautado na proteção integral à criança e ao adolescente.

O artigo 92 do ECA, em seu inciso III, recomenda: atendimento personalizado e em pequenos grupos. Isso, pressupõe profunda readequação no atendimento às crianças institucionalizadas, substituindo o princípio das instituições totais pelo da incompletude institucional.

Cunha (1999), que estudou o período de transição dos princípios do Código de Menores para os do ECA, mostrou avanços quanto à medida de proteção abrigo. Todavia, persistiram resquícios de uma atuação assistencialista e autoritária. Isso é percebido no tratamento dispensado a Daniel, um dos sujeitos de sua pesquisa.

Ele foi abrigado com 1 ano de idade e perdeu o contato com a família. Por questionar normas e regras arbitrárias impostas pela casa de convivência, recebeu o rótulo de rebelde e tratamento desumano: “Eles me levavam pro hospital e aplicavam sossega leão”. Foi culpabilizado pelo não-funcionamento da casa e aos 14 anos foi desabrigado sem qualquer preparo.

Cunha, nas considerações finais, pondera que, “Sob o discurso da pretensa proteção, em relação aos perigos que possam vir a encontrar na ‘vida lá fora’, a FEBEM nega aos adolescentes autonomia para decidir, a respeito de suas vidas...” (1999, p. 176).

Essas condições de abrigamento podem ter contribuído para o modo subalterno como os sujeitos de sua pesquisa inseriram-se socialmente:

A “vida lá fora” dos adolescentes desvinculados da FEBEM ficou condicionada ao desemprego, ao sub-emprego e a baixos salários. Portanto, é necessário não só a reversão da situação de fato, mas sobretudo a reversão de uma política vigente que insiste/persiste em excluí-los do exercício da cidadania (CUNHA, 1999, p. 177).

A pesquisa de Oliveira (2001, p. 173), realizada quase uma década após o ECA, chama a atenção para o despreparo do adolescente na condução de sua vida fora da tutela institucional.

O cotidiano da prática profissional mostra que para muitos que viveram essa experiência, há um choque quando devem estabelecer uma relação com o mundo sem uma mediação institucional. Percebe-se que mesmo em abrigos que em nada reportam a vivência em instituições totais, revela-se a dicotomia da vida dentro dos “muros do abrigo” e “lá fora”. Mesmo não existindo concretamente, há muros invisíveis, que não permitem que a criança e o adolescente, especialmente os sujeitos dessa pesquisa, com

longo período de institucionalização e, em alguns casos, com pouco convívio familiar, estejam preparados para ele.

Atualmente, mudanças nessa realidade institucional estão sendo anunciadas.

A pesquisa de Arruda (2006), tendo como categoria central de análise o cotidiano, versa sobre o processo de reordenamento institucional do Abrigo Casa Coração de Maria. Ele o evidencia como um espaço de diversidade e pertencimento e mostra como, na política de atendimento à criança e ao adolescente, o trabalho desenvolvido em rede possibilitou a duas adolescentes desse abrigo, Flavia e Jéssica, condições para a construção de seus projetos de vida após o desabrigamento, conforme relato a seguir dessas adolescentes:

Minha vida é muito corrida (...) Saindo de casa vou para o serviço, ralo pra caramba, depois saio do serviço e vou para a faculdade (...) Depois saio da faculdade, vou para casa, tenho que arrumar o remédio do nenê, tenho de fazer as coisas (...) Hoje eu dou aula (...) hoje eu sou professora lá na creche/EGJ (...) ter feito cursos, como eu fiz lá no abrigo. Aprender coisas hiper-legais, como viajar, conhecer a praia, conhecer tudo isso: o universo (...) Você conhece o outro mundo e se forma... (ARRUDA, 2006, p. 174).

Bom fora do abrigo você acaba tendo muito mais responsabilidade (...) Porque você chega lá fora, não é tão fácil quanto a gente imagina. É que você tem que se preocupar com as roupas do dia. A questão do trabalho. Eu vou para o balé até de domingo. Além de eu dar aulas para eles, em público, eu tenho que arrumar os tapetes, verificar o palco se está tudo OK, o som tudo... para que tudo saia perfeito na hora que o som começar, as crianças comecem a dançar. Saber que elas não vão se machucar porque o aquecimento que eu dei foi ótimo, maravilhoso. Eu também tenho a responsabilidade de ser assistente de uma professora. Eu ajudo a montar as coreografias para ela, digo se a música está legal ou não, e isso é passado para a coordenação e tem um relatório sobre mim (...) Sei o que eu faço da minha vida... (ARRUDA, 2006, p. 176).

O Programa Abrigar para capacitação de educadores que atuam em abrigos para criança e adolescentes, financiado pelo Instituto Camargo Correa, realizou no ano de 2006 sete encontros com 13 participantes de seis abrigos com o seguinte objetivo, acompanhado da reflexão por eles determinadas:

O objetivo inicial do grupo de trabalho foi pensar parâmetros ou indicadores que auxiliassem outros abrigos com jovens de 18 anos, focalizando as discussões no “desabrigamento”. No entanto, já no início das reflexões, surgiu como imperativo o fato do desabrigamento se iniciar na chegada das crianças e adolescentes ao abrigo. Faz parte da saída, todo o processo de abrigamento, sendo os seus princípios, metodologia e concepções instrumentos fundamentais para a realização da saída e inserção social. O desabrigamento, portanto, precisa ser uma decorrência de um abrigamento de boa qualidade (GULASSA; PIETRO, [s.d.], p. 5).

A cultura da instituição total que preponderou no País por mais de um século revelou-se prejudicial ao desenvolvimento da autonomia das crianças e adolescentes. Com a promulgação do ECA, o princípio que passou a nortear as ações direcionadas à crianças e aos adolescente foi o da incompletude institucional, conforme enunciado no art. 86: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios”.

Essa perspectiva mostra a importância do atendimento integrado em rede para a qualidade do processo educativo e formador da identidade das crianças, conforme se pôde perceber nas falas das adolescentes Flavia e Jéssica citadas anteriormente.

CAPÍTULO II

CONFIGURAÇÃO DO PROJETO PASSOS

O Passos é um projeto da Liga das Senhoras Católicas assumido desde 1998. Hoje tem uma nova denominação – Liga Solidária – que conceitualmente expressa com mais precisão a identidade, a missão e a própria visão da Liga.

Está localizado na rua Pascoal Zulino, 79, Jardim Rosa Maria, distrito Raposo Tavares – Butantã, Zona Oeste da cidade de São Paulo.

Possui como recursos comunitários, utilizados pelos adolescentes, escolas, unidades básicas de saúde, igrejas, pequenos espaços de lazer como praças, campo de futebol, sendo o espaço do Educandário o mais utilizado para atividades de lazer.

Trata-se de uma casa alugada com oito quartos, ampla sala de jantar, cozinha, sala de visitas, cômodos e pertences necessários para uma residência, com capacidade para atender 20 adolescentes.

Esse projeto nasceu da iniciativa de uma diretora voluntária da Liga das Senhoras Católicas, senhora Maria Luiza. Ela, em conversa com os adolescentes abrigados no Educandário Dom Duarte, pôde perceber o medo vivenciado por eles frente à questão do

desabrigoamento, em especial para aqueles que não tinham família e que, portanto, após a saída teriam de viver por conta própria.

Pela inexistência, na política pública, de um projeto voltado para a faixa etária dos 18 aos 21 anos, e em busca de alternativas que pudessem equacionar essa questão, essa senhora iniciou, em meados de 1998, junto com a colega Rosa de Castro, a elaboração e sistematização de um projeto que pudesse ser uma transição do abrigo para uma vida social autônoma.

Assim, em 31 de outubro de 1998 nasceu o Projeto Autonomia e Solidariedade – PAS, que posteriormente passou a ser chamado de Passos. Ele tinha como foco a educação, a escola, o trabalho e as atividades rotineiras referentes a organização e administração de uma casa.

Decorridos dois meses do início do projeto, esses objetivos foram redimensionados por causa da necessidade de se aprofundar na questão psicológica. A isso, somavam-se a defasagem pessoal, escolar, a desqualificação profissional, a necessidade de administrar os conflitos entre os jovens, o medo do enfrentamento da vida fora do abrigo e as vivências inerentes à fase da adolescência.

Essas questões assumiam uma proporção maior em razão de esses meninos serem conhecidos como internos tanto dentro como fora do Educandário. Esse estigma motivava preconceito, discriminação e o isolamento do próprio menino no Educandário, que se configurava como um complexo fechado, quase intransponível.

Vivenciar e administrar essas questões tornou-se um grande desafio para a Liga das Senhoras Católicas, confirmando a necessidade de uma reestruturação ampla e consistente tanto ao nível do abrigo, quanto da própria instituição.

Desse modo, as experiências apreendidas no Passos motivaram em 2000 o nascimento do Projeto Renovar. Este representou uma significativa mudança no Educandário Dom Duarte, a maior unidade educacional da Liga das Senhoras Católicas. Tal reordenamento institucional implicava retirar a característica de larista e compor uma equipe de educadores e de auxiliares, acompanhados por uma equipe técnica.

Na época, houve forte resistência a essa reestruturação, o que provocou a mudança na direção do Educandário, na coordenação do abrigo e na equipe de educadores.

Os lares foram adaptados fisicamente para uma nova linha pedagógica e o grande refeitório foi trazido para dentro da casa, com o objetivo de fazer com que ela estivesse em função do acolhimento da criança e do adolescente.

Concomitantemente a essas mudanças que vinham ocorrendo no Educandário, o Passos, já com dois anos de funcionamento, continuava refletindo sobre as situações que se apresentavam. Estava, praticamente, com mesmo número de adolescentes na casa. Isto é, eles não conseguiram arrumar emprego, nem uma casa para morar. Ademais, houve uma situação de um jovem que saiu do Passos com

emprego e com casa, mas, em decorrência dos revezes da vida, acabou em situação de rua.

A reflexão sobre o caso dele – a experiência da solidão, do medo de lançar-se para a sociedade sem referência importante como a de uma família, apenas a institucional – impulsionou em 2003 a sistematização do Núcleo Solidário.

Núcleo Solidário é o agrupamento de adolescentes que têm afinidade por amizade, por objetivos comuns, e que depois de um, dois anos de vivência no Projeto Passos, alugam em parceria uma casa e passam a administrá-la. Juntos, eles reúnem melhores condições de enfrentamento da vida.

Isso deu um novo referencial ao próprio Projeto Passos e ao abrigo no sentido do aprendizado de construir um processo e fazê-lo avançar como um processo se constrói, como ele avança. Há, hoje, seis núcleos solidários implantados.

O resultado é extremamente positivo: os jovens se encaminharam, todos estão trabalhando, alguns já constituíram família. Então, se nos reportarmos àquela experiência de solidão absurda de vida e a confrontarmos a este resultado, encontramos um caminho significativo para o programa nessa questão do desabrigoamento.

Se pegarmos o perfil do adolescente que não tem família, que a princípio não tem perspectiva de vida, não sabe o que vai acontecer, e trabalharmos junto com ele as perspectivas de vida, de oportunidades de enfrentamento e os recursos para o enfrentamento, podemos

redimensionar a vida do jovem. Isso se reflete na fala deles: “Se hoje o projeto fechasse, eu estaria tranquilo para me virar”.

O que dá certo no Passos é que se busca trabalhar em parceria com os jovens. O Passos é o processo do desabrigoamento, a transição do complexo abrigo para a vida social, para a autonomia. Essa transição é fundamental enquanto se reconhecem os adolescentes, os jovens, como parceiros. O projeto trabalha com 50% e o jovem precisa ter uma devolutiva de 50% para ele. As oportunidades serão abertas, porém é importante os jovens absorverem isso, quererem, investirem, acreditarem. Isso é a garantia dos resultados e das metas que estão sendo alcançadas.

Há também uma outra demanda tanto na questão psíquica quanto em razão de um déficit pessoal. Isso não é um agravante, mas não pode ser subestimado; temos que trabalhar com uma outra demanda. Talvez alguns devam ser assistidos ao longo da vida, pela demanda pessoal, e para isso nós ainda não temos um caminho, e não é considerado pela política pública.

Existem situações de depressão mais crônica, da falta de perspectiva. Isto é, eu não tenho família, então para que eu vou ter que trabalhar? Para que vou ter que manter uma casa, em razão de quê?

Como vamos trabalhar isso, a princípio, em um prazo de dois anos, quando na adolescência há uma efervescência hormonal, de sonhos, de idéias? É como se eles não tivessem o direito de sonhar. O grande ganho nosso é que respeitamos esse direito dos adolescentes.

Nós estamos de retaguarda, acompanhando cada caso, sabemos onde estão todos os 48 meninos assistidos. Sabemos da fragilidade, enquanto a pessoa vai se organizando na vida, vêm os revés; ela consegue um trabalho, fica desempregada, tem filho para sustentar. Então, essas instabilidades tanto financeiras como emocionais são um provocador intenso ao longo da vida de cada um.

Essa vivência da solidariedade não é um conceito, é um ganho, é uma prática. A autonomia passa a ser não somente um conceito, mas uma conquista, um processo que se constrói no dia-a-dia.

A equipe é fortalecida porque nós buscamos entender como ocorre esse processo para cada adolescente. Não podemos perder de vista tanto aquilo que está sendo dito, como as necessidades que o jovem não traz, mas que nós percebemos. Então, esse diálogo se dá na prática, no enfrentamento, nos embates, nas buscas e nas loucuras que a adolescência deseja viver nessa fase. Nas loucuras da vida que são necessidades de auto-afirmação de autoconfiança, que são fundamentais no processo de enfrentamento dos próprios medos, que em alguns casos são pavor, não é só medo, é muito mais intenso.

Em algumas situações temos que provocar a saída, porque o longo tempo do abrigo vai dar a sensação de que ele será protegido a vida toda pela instituição. Ele vai fazer de tudo para ficar o maior tempo possível, vai apresentar sintomas, somatizar. Então, temos que provocar a saída.

Tudo isso foi possível acontecer porque houve um diagnóstico muito significativo lá atrás.

A Liga tem como missão: “Contribuir com ações socioeducativas para conscientizar crianças, jovens e adultos de sua dignidade e de seu potencial transformador”.

Hoje a missão também é visualizada em cores — azul, vermelho e laranja — no formato de chamas como se fossem labaredas. Esse formato simboliza o calor, a intensidade com que devemos desenvolver esse trabalho, a partir da própria missão que é contribuir com ações socioeducativas, tendo em vista o sujeito que nós queremos, a pessoa humana que nós queremos construir nessa sociedade. Então, é dar instrumentais que não é só o dar, mas construir ferramentas para que a pessoa tenha essa autonomia e o seu projeto de vida contemplado.

CAPÍTULO III

O RELATO DA TRAJETÓRIA DE VIDA DE UM JOVEM QUE VIVENCIA O ROMPIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E UM LONGO PERÍODO DE ABRIGAMENTO

Minha infância começou, o que eu me lembre, aos 4 anos...

Eu morava com a minha avó no Estado de Pernambuco. Desse tempo eu lembro de algumas coisas, do lugar onde a gente ficou. Era perto do Rio São Francisco, tinha muito caju lá. Então eu lembro mais por causa das regiões. Aí acho que minha avó ficou adoentada e trouxe eu e minha irmã para São Paulo, para ficar com a nossa mãe, e voltou para Pernambuco.

Aí nós ficamos com nossa mãe uns dois meses. Depois ela deixou-nos com umas amigas. Deixou minha irmã com a madrinha dela e eu com uma amiga. Depois sumiu e nunca mais a vimos.

A princípio minha mãe mandou dinheiro para a mulher que cuidava de mim, para ajudar nas finanças. Depois disso, minha mãe nunca mais entrou em contato. Aí... a mulher começou a judiar de mim. É tipo maus-tratos, sempre acontecia... Eu não sabia pedir esmola, aprendi com os filhos dela e ela falou que foi eu quem lhes ensinou. Até então eu nem sabia o que era pedir esmola. Mas um dia ela descobriu que os filhos faltavam na escola e eu não ia para a escola. Minha mãe não tinha dado

a certidão de nascimento. Aí ela falou: foi você quem ensinou meus filhos e bateu, me bateu, deu na telha eu saí, fugi da casa dela...

Fui morar na rua com 6 anos de idade...

Fiquei dois anos morando na rua, morei no Vale do Anhangabaú. Ah! Eu achava legal. Era melhor do que antes. Ah! Tinha comida gostosa. Tinha uma par de coisas. Comparado ao que eu comia antes, eu comia muito mais coisa na rua do que na casa onde eu estava... Lá você não tinha atenção... entre estar na rua e estar na casa de alguém que não te quer, eu prefiro ficar na rua, por que na rua eu me virava. Na rua eu já sabia ler e escrever (...) Aprendi pegando o caderno e os livros da menina e dos meninos da família [substituta] Fui aprendendo sozinho. Eu aprendia, só não tinha... só não entrei na escola. *E tinha* uma escola perto de onde eu morava, só que a mulher não conseguiu me matricular porque não tinha minha certidão de nascimento.

Na rua tinha proteção dos mais velhos, porque se você ficar sozinho você roda. Você tem sempre que ir para um lado, aí eu ia. Os mais novos iam na frente e os mais velhos ficavam só observando. Então a gente tinha que fazer coisas para os caras, roubar para eles... roubar carteira, ficar observando se vinha polícia ou não. Até então você não sabe, então você acha certo o que faz. Quando você fica grande entende que é errado. Aí fiquei... Aí teve uma batida policial, pegou um monte de menino.

Aí eu fui para a Febem do Tatuapé...

Não era tão ruim. Ah! Tinha comida boa... mas tinha rebelião, tinha que ficar sempre atento. Era pior que na rua. Bem pior eu acho (...) Só tentavam estuprar nós. Os mais velhos, os mais velhos eles sempre tentavam, tipo pegar a força... A gente sempre ficava de grupo, ficava sempre atento para não acontecer (...) Só tomei duas estiletagens na perna. Uma na perna direita, outra na perna esquerda. Tipo navalha mesmo, eles me cortaram. Os funcionários da Febem faziam vista grossas, não se envolviam, porque se envolvessem, faziam rebelião, aí rebelião, aí ferrava tudo.

Lá eu não fazia nada. Dormia, comia. Não, não fui para a escola... Fiquei sem ir para a escola, só sabia o que sabia. Fiquei dois anos lá, saí uma vez só, porque entrou um educador novo e nos levou para assistir um jogo de futebol.

O contato com os educadores era seco, era meio ditatorial, sistemático. Faz isso! Não faz isso! Se fizer, apanha. Era bem tecnicista, bem centrado, bem certo, bem certinho, se não fizesse, apanhava. Não tinha um contato familiar, mesmo porque sempre mudava. Era um em um dia, outro em outro dia. Não era sempre o mesmo. Eu também não lembro, tem coisas que eu apaguei da memória, porque eu quis, ou porque eu não lembro mesmo.

Aí fui para Educandário, foi bom, a *melhor coisa* que aconteceu na minha vida...

A primeira coisa que comi foi uma broa, uma broa gostosa. Nunca mais. Eu não sei quem faz, já tentei ver em uma pá de pão italiano, não consegui achar. Acho que só o Educandário fazia. Eu comi, aí subi para o lar 23, teve almoço. Aí no mesmo dia fui para a piscina. No princípio não queria ficar (...) porque já estava acostumado na Febem. A primeira briga no Educandário já pequei um pau de madeira... Aí foi indo, fui gostando.

Fiquei de 1989 a 1998. Nesses nove anos fiz muitas coisas ruins, muitas coisas boas, aprendi muitas coisas boas, muitas coisas ruins. Fui para escola, me formei, aprendi a ter consciência, a respeitar as pessoas, a ter dignidade, perspectiva de vida.

Durante a semana ia para a escola, fazia toda a atividade que era proposta. Fiz curso profissionalizante (...) Panificação, gráfica, marceneiro, cabeleireiro, corte e costura. Como não tinha o que fazer, tinha que fazer cursos aqui dentro, eu estudava de manhã e à tarde estava livre, então não tinha opção se não quisesse fazer, era obrigado. Nos fins de semana eu ficava no lar, de manhã jogava bola e à tarde, se tinha sol, ia para a piscina.

(...) No Educandário você se sentia excluído em sentido de vivência, não era aberto como agora. Agora a comunidade pode entrar. Antes só tinha contato na escola, você não tinha contato com a rua. Ficava preso aqui. Fiquei preso aqui até meus 16 anos.

Você saía mais no Natal, quando algum amigo seu pedia permissão. E, para pedir permissão, era... Você pedia em outubro para o juizado assinar em dezembro, dois meses o juizado demorava, na época. Aí entrou um outro larista, o diálogo ficou entre nós, não precisou pedir permissão.

Eu já passei Natal aqui de ficar sozinho, só eu e uma pessoa, eu e o Edson... finado já falecido (...) O Edson entrou no Educandário primeiro que eu. O Edson entrou em 1988 eu em 1989. O Edson foi o primeiro moleque que eu fiz amizade. Ele saiu no Natal, foi passar o Natal com uma família e eu falei para ele: Mano, eu sonhei que você ganhou um carrinho do “Batman”. No dia que ele voltou: Vem cá, vem cá, olha o carrinho que eu ganhei, você acertou.

Eu tive pessoas que ajudaram (...) Mas pessoas que atrapalharam também, pessoas que... eu poderia ser, sei lá, eu poderia ser jogador de futebol, eu jogava bem. Eu não tive incentivo, eu tinha 14 anos, não era velho. Aí o diretor do orfanato na época falou: Não, você tem que começar a arrumar emprego e já se preparar para sair daqui com dinheiro e com emprego garantido.

Eu fiquei *mal* pra caramba, fiquei louco, tinha vontade de ir. As pessoas que eu acho que tinham que incentivar, não tinham voz ativa para fazer isso. Pessoas que eram formadas em Sociologia, Serviço Social. Acho que é o *mínimo*.

Eu jogava razoavelmente bem para minha idade, 13, 14 anos, eu jogava bem, agora eu sou ruim. Mas na minha idade, se tivesse alguém

que falasse: Oh! põe o moleque para jogar, o moleque vai ser bom. Trabalhar isso.

A gente não teve escolha aqui, as coisas eram impostas. Na minha época, de 1998 para trás, se você pegar todos os meninos vai ser assim. Todos vão falar a mesma coisa. Era imposta, era feito do jeito que eles queriam, era estilo quartel, cabelinho raspado, andar do jeito que eles queriam. Mas, eu vou fazer o quê? Quando você é criança, você não tem defesa, e as pessoas que deveriam te defender, não te defendiam.

E aconteciam coisas que... tipo, o Estatuto da Criança e do Adolescente não funcionava muito aqui. Aqui a gente apanhava bastante, apanhava por coisa besta. Apanhava por tirar nota ruim na escola, porque comia sobremesa antes do prato principal.

Não havia diálogo, se tinha alguma coisa errada não era exposta. Tanto é que dois dos três educadores que passaram na minha vida no Educandário, dois deles foram mandados embora por justa causa, porque bateram, bateram e ficaram marcas. Ah! nós apanhávamos com varinha de marmelo, mangueira.

Você falava para o responsável na época, ele dizia: É mentira. Nunca foi até o lar para ver (...) Você vinha falar com a assistente social, em vez de ela falar [para o educador] falaram que você está batendo nos meninos, ela falava: O Wilson falou que você está batendo nele. Aí você apanhava duas vezes, uma antes e outra depois que falou.

Eu nunca confiei nas pessoas, porque você falava, elas nunca acreditavam. Você falava, elas nunca acreditavam, então eu passei a não falar mais. Eles vinham me bater, eu saía correndo. Entendeu? Não batiam, chegava a noite era outro vigilante, só que aí eu acordava esperto, já tinha que acordar no outro dia esperto. Esperto porque ia apanhar o dobro. Entendeu? Você fugia ia apanhar em dobro.

Aqui eu sempre me senti sozinho. Sempre aprendendo sozinho, aprendendo individualmente, pelo menos eu. No lar era eu e só eu. Porque sempre passaram para nós que iríamos viver sozinhos. Ficar até os 18 anos, depois morar sozinho, iam mandar para um albergue. Albergue não, uma casa, pensão, que seria assim, e que a gente teria que fazer o resto. Eu falava para eles: Ah! sozinho eu moro desde os 4 anos de idade, então não vai fazer diferença.

E a resposta era muito ao pé da letra, então eles não gostavam, achavam que era muita inteligência para uma criança, que a criança não tinha poder de resposta. Não sabiam lidar com as crianças, porque não tinham uma *formação* de ensino. Eram pessoas que sabiam cuidar dos seus filhos e que passaram nas provas, ou seja, por terem uma família com 4 filhos, pressupõe-se que conseguem tomar conta de 32.

Tem que ter pedagogia, o que já está acontecendo aqui. Tem que ser para 12 crianças um adulto... Para 10 crianças, dois adultos, *presentes*, perguntando: você está bem? Tendo aquele *feedback* sempre. Você está bem? Está acontecendo alguma coisa?

Porque eu saía do lar, ia para os pés de frutas, ficava lá, pensando na vida, comendo manga verde, porque ninguém vinha falar comigo. A

minha madrinha que perguntava. E eu: Ah! está acontecendo isso, isso e isso. Mas você está bem? Ah! estou bem, depende do que a senhora considera como bem, não apanhei hoje, então estou bem. O dia que eu não apanhava eu ficava feliz. Todo dia eu tomava um tapa. Aí eu pergunto: você vai fazer isso com seu filho? Eu acho que não.

Eles falavam que eu era revoltado. Só que eu não entendo como revoltado. Tem coisas que eu não entendo como ser revoltado. Acho que você debater um tapa que você levou de uma pessoa que não é seu pai, não é ser um revoltado. Eu falava coisas que para a idade eram muito avançadas, eu falava: Vocês não são meus pais, por que vocês batem em mim? Se eu fosse vocês eu nem me importava, porque vocês não se importam mesmo, vocês só vão se importar se eu quebrar o braço. Vocês não perguntam para mim como está minha vida, como foi meu dia na escola, se eu tenho lição de casa.

Eu sempre fui maltratado. Então eu nunca senti falta de nada no modo como me tratavam. Eu vou ser sincero, eu sempre fui maltratado, desde criança. Então, quando alguém me trata bem, aí eu desconfio. Se me tratam bem, ah!, tem alguma coisa. Tanto é que... isso interfere até na minha vida pessoal em termos de relacionamento amoroso.

Tem atitude minha que, pô! você vê assim, cara, você é grosso com sua namorada. Você não pode ser assim. Mas não sou eu, está no DNA. Desde criança fui tratado assim, sempre seco.

Acho que sou muito grosso. Grosso, tipo coisa simples, eu não percebo, entendeu? (...) Coisas simples, coisas de mulher. (...) Tipo já sou homem, já não tenho tendência a entender, aí se você já não tem

essa sensibilidade de aprender quando criança, então é o dobro. A maioria das mulheres que casa com os meninos de abrigo sofre em dobro essa falta de sensibilidade.

Não é que sou grosso. Grosso nem tanto. Acho que eu ainda consigo perceber alguma coisa por causa da faculdade. Que aí você tem que perceber. Mas, falou alguma coisa que é ridícula, a resposta vem cretina e bem irônica mesmo.

Ainda assim estava feliz, porque acho que foi uma fase boa da minha vida. Era bem tratado, comparado aos locais que tinha antes. E algumas pessoas me deram forças para eu acreditar em mim, porque sempre ouvi dizer que ia ser ladrão, ia ser um *lixo* na sociedade, ia ser um verme, um maldito, que ia morrer com 21 anos. *Eu estou com 27.*

Vários educadores me falavam isso, da Febem, do Educandário, não da equipe que controla. Educadores que eu falo são os laristas. Falavam: Você veio da rua, você vai terminar na rua (...) Então meu foco foi sempre ser... não ser... como posso te dizer, não ser mais um do que já se esperava. Mais um... um lixo, mais um menino que... um revoltadinho que vai ser... mais cedo ou mais tarde vai morrer, vai ser ladrão. Então, eu sempre procurei ser o que as pessoas achavam que eu não iria ser.

Eu sempre procurei calar a boca das pessoas com resultados. Nunca precisei provar para as pessoas que eu sou bom. Só para minha madrinha que foi uma pessoa que me ajudou e que me formou. Ela é a minha base, meu alicerce. Ela e o esposo dela, o Julio. Foram os alicerces. Tipo eu era maltratado no lar, ela me recompensava com

atenção, me tratava como filho. Sempre falando, o que você quer ser na vida?

Eles foram a base da minha vida. Pessoas que eu tenho como visão. Se eu tiver uma família, a base, a minha base de família é a dela. Princípios, valores a se seguir e sempre trabalhando em conjunto, tanto o marido como os filhos. Ela me batizou em 1992. Eu tinha 11/12 anos. Aí, ou seja, passaram mais de 15 anos que ela cuida de mim, cuida até hoje, me incentiva.

Eu saí do Educandário e fui para o Passos...

Eu não queria ir, que até então queria ir para o Chile [ser jogador de futebol] Eu tinha juntado dinheiro, tudo bonitinho para ir. Aí me chamaram de canto e falaram: Não vai, a gente está com um programa [Passos]. E como as pessoas sempre prometeram coisas para nós e nunca cumpriram, eu achava que ia ser mais um programa que ia começar em três meses e terminar em dois. Até então o Passos para mim era mais um programa ilusionista, mais uma pessoa que queria descontar imposto de renda em forma de assistencialismo. Entendeu? Mais uma. As pessoas vinham aqui, prometiam e iam embora. Davam docinho, enchiam nossa barriga e iam embora. Conseguiram o que queriam e depois iam embora.

Dona Xinha [senhora Maria Luiza], não. Dona Xinha fez, ficou, continuou e lutou e está lutando até hoje, foi ela quem montou o Passos. Só que para conseguir minha confiança (...) eu era rabugento, não

confiava, sempre ficava com o pé atrás, era o último a fazer. Porque prometiam para nós... tanto é que nas nossas conversas quando montaram o Passos: Ah! gente, será que vai dar certo? Será? Sei lá, vai ser igual ao tal cidadão que veio aí com isso e isso. Aí o Edson: É verdade, não é? Ah! não sei, vocês vão tentar? Ah! vamos, estamos no barco mesmo, mais dois anos. Ainda falamos assim: Mais dois anos do dinheiro dos outros está bom, não é? É melhor, é mesmo, pensando por esse lado, dinheiro dos outros, comida dos outros, é melhor mesmo.

Aí tinha minha madrinha, ela sempre falou: Vai, você não tem nada a perder. Tenta, melhor do que você ir para o Chile e no primeiro mês ficar preso, se você não tiver passaporte. Eu falei: Não! que é isso de se não tiver passaporte? É livre o comércio. Você está no Mercosul, é livre. Eu já sabia das coisas (...) Eles não, não. Falei: Está bom, vocês tem até dois meses para me incentivarem a ficar.

Aí ficamos. Fiquei no Passos de 1998 até 2000. Mas oh!, penou, é difícil você conseguir minha confiança, porque você não tem em quem confiar. Você passou a vida inteira se confiando sozinho, então para o Mariano conquistar minha confiança foi difícil (...)

No Passos você podia chegar em casa às 2 horas da manhã. Você podia ficar até mais tarde assistindo um programa. Podia fazer coisas que você fala, ridículo, não é? Assistir televisão até às 2 horas da manhã, para outra pessoa que não conhece a nossa história, é ridículo. Você está feliz porque está assistindo televisão até mais tarde? Para nós era legal, porque no Educandário às 10 horas nós estávamos dormindo

No Passos tinha vizinhos, tinha uma tia lá que nos tratou bem, já uma outra vizinha não foi, tinha muito homem. O povo queria dormir, a gente ligava o som, como no Educandário não tinha isso, a gente ligava o som e o eco não atrapalhava ninguém, de um lar para outro tem quase 200 metros de distância. No Passos não, lá você tem essa parte de respeito social, de respeito mútuo, você tem que pensar no próximo. No Passos você tinha contato, você vê outros rostos, pessoas que não sabiam quem você era, então te tratavam como se você tivesse pai e mãe. Então te tratavam como cidadão mesmo. No Educandário, não: Ah! você é interno, não tem pai, nem mãe.

(...) Não ter pai nem mãe não representou nada. Só umas partes assim da vida que você tem dúvidas, sobre questões normais do dia-a-dia, só isso... sexo, camisinha, essas coisas. Você faz e não tem com quem falar. Faz tudo errado e não tem com quem falar. Mesmo porque não podia falar, tinha que guardar para você. Mais isso, o resto, aí só as datas que é de família que você fica triste, Dia das Mães, Dia dos Pais, Páscoa, Natal, datas familiares. Todo mundo ia para casa... Antes eu não ia para casa de ninguém, depois comecei a ir para casa da minha madrinha. Aí comecei a ter noção de família, aí comecei a ver outras famílias que só a mãe criou, outras famílias que só o pai criou as crianças... É difícil... é difícil, mas... você paga pela irresponsabilidade dos outros. Se eu tenho um filho agora, eu caso e acho que fico o resto da minha vida com a pessoa mesmo não gostando, mais pela criança. Porque eu sempre quis ter uma família, então eu acho que ele [filho] não tem que ser culpado. Aí quando ele tiver uma idade, aí sim a gente vê, se não estiver dando certo a gente conversa entre nós e decide.

O Passos tinha uma proposta. Tudo o que eu fiz no Passos eu uso na minha vida e vou usar até morrer. Tudo que é questão de família. O conceito do Passos foi mais família. A proposta era formar você para a sociedade. Dentro da sociedade você tem deveres a cumprir. No Educandário a agente respeitava, porque se não respeitar, toma. No Passos, não, eles te explicam. Se vocês fizerem isso, vai ser melhor para isso e para isso. Mas vocês experimentem, façam do jeito que acharem. Como posso te dizer, te davam um exemplo, você fazia igual se quisesse ou fazia do seu jeito. Era meio construtivismo. Era tipo, te mostrava e você interpretava do jeito que você achava que estava certo.

Dentro disso, eles faziam... Você conheceu o Mariano, o Mariano é um anjo. Nunca falei isso para ele, mas eu acho ele um cara maravilhoso, um anjo mesmo. Fala, se expressa, te dá segurança, te ouve, pode não concordar, mas te ouve, e se ele não concordar, ele reflete e depois: Oh! você está certo. Então, o que acontecia era isso, conversavam, ensinavam, a gente aprendia, a gente aprendia, absorvia.

Se tinha discussão, adolescente é adolescente, então você vai ter discussão. Aí eles começaram a cobrar para que você fale sobre sua relação com tal pessoa. Aí você começa a escrever, fala: gosto disso nele e não gosto disso. Você começa a conviver, a debater. No Educandário não debatia, se brigava era porrada, cada um ia para o seu canto, ficava na sua cama. No Passos tinha que resolver o problema, e outra, na hora da escala para fazer as atividades da casa, geralmente eram duas pessoas, então você tinha que fazer, ah! eu faço o arroz, você faz o feijão, então beleza, você vai fazer a mistura? Vou, vou fazer a mistura e assim vai. Dentro das tarefas: Ah! vou limpar aqui embaixo, você limpa lá em cima, os quartos, beleza? Beleza! Você vem limpadão.

Você tinha que conversar porque uma coisa ia depender da outra... Lá [Passos] era muito melhor. E outra, lá a gente tinha *convivência*. No Educandário você morava junto, mas você não ligava. Os meninos do Educandário eram irmãos, mas não de sangue, entendeu? E saíam no fim de semana.

Então, os que ficaram comigo e foram para o Passos são meninos que, tipo, não tinham família. Era o Edson, o Thiago Costa, o Felipe, irmão do Thiago. São pessoas que eu conheci desde criança e a gente foi crescendo juntos. O Thiago Costa, eu sou padrinho da filha dele, a gente vai ter sempre uma ligação. Tendo uma ligação com o Thiago, eu vou ter com o irmão dele, o Felipe.

No Passos, a gente se apegou ainda mais com a doença do Edson [câncer]... o Mariano levou ele nos melhores médicos... ele fez todos os exames no começo do ano, não apareceu nada. A gente fazia todos os exames no começo do ano. Depois de três meses apareceu, vai entender, não é? Você não ter nada e...

O Edson, se ele estivesse vivo, nós íamos ser os dois primeiros do Passos a se formar, porque o Edson ia se formar em Sociologia e eu em Educação Física. Então, a gente tinha um projeto, tinha planos. O Edson era músico, eu sou músico. E a gente conversava. O Edson sempre foi meu irmão. O Edson foi sempre a minha inspiração. A gente sempre teve visões diferentes, idéias diferentes, e moramos sempre juntos. A gente sempre debatia, e não era debate de... Era debate de questões que era para influenciar e melhorar. Tanto é que, quando ele faleceu, o mundo acabou... fiquei uns três meses...

Aí, no aniversário do Passos em 2003, nós fomos em uma churrascaria, todo mundo ficou o maior tristão. Estava todo mundo do Passos, todos os meninos, até os que estavam morando fora. Aí conversamos e deixamos duas cadeiras vazias, como se fosse para o Edson e para o Guelf, que estavam ali na presença, tipo, falando, conversando com os moleques. Viche, foi o maior mal, todo mundo começou a beber, todo mundo ficou bêbado, aí começaram a *chorar*. Não ficaram bêbados, tomaram algo que deixou mais sensível as emoções dos meninos.

Viche, eu falo, a gente fala dele até hoje... bate a maior saudade. Porque ele, ele é um cara tipo assim. Eu dou minhas orientações, eu sou um cara que dá orientações para quem quer. Se você não quer, eu não meço esforços para você querer. Eu sempre achei e sempre vou achar, para o indivíduo melhorar, ele tem que querer, não é você impondo a ele o que é bom. Ele tem que saber o que é bom.

O Edson, não, o Edson tinha essa facilidade de saber dar a opinião dele e mudar a pessoa (...) Ele era um cara que o que você falasse... Eu me espelhei nele. A gente era do mesmo lar, então a gente sempre se defendia. Moramos juntos, teve a convivência, pode-se dizer que foi irmão. O cara era bom. Deve estar bem agora, com Deus.

Eu saí do Passos no dia 14/09/2000...

Depois de nove meses que eu tinha conseguido emprego. Aí procuramos casa, fui morar perto da minha madrinha, minha madrinha não queria que eu morasse tão longe. A casa da sogra dela estava para alugar, eu acabei alugando. Paguei aluguel, tudo eu pagava.

Achei melhor sair porque já estava preparado, na época, para morar sozinho e seguir minha vida caminhando com minhas próprias pernas, sendo que eu já tive muita ajuda, então pensei em sair por isso, já tinha sugado tudo que me propuseram, então achei melhor sair. Já estava velho para ficar em cima de assistencialismo.

Quando você vive de assistencialismo, algumas pessoas, elas relaxam porque acham que tudo vai vir na mão, eu só usei isso porque precisei, não tinha como. Então eu sou contra o assistencialismo, a não ser que você use e depois você procure uma forma para nunca mais depender dele. Porque, se você precisar de assistencialismo sempre, vai ser esmola, eu considero como esmola depois que você já teve uma certa utilização dele.

(...) Só tem que usar quando precisa, não é que eu sou orgulhoso. Tinha outras pessoas que precisavam, na época, ir para o Passos e tinha de sair (...) Então achei que estava pronto para viver na sociedade como um ser da sociedade, como um pagador de impostos (...) Agora eu pago água, pago luz, posso cobrar se não tiver luz no poste, posso cobrar o mato que não cortam.

Quando eu saí eu acho que representou o fim da formação de um cidadão, eu saí com 19 anos do Passos, ia fazer 20. Então você aprende tudo na vida, você acha que está apto a seguir na sociedade, uma sociedade que te excluiu como ser humano, como uma escória, algo tipo de ruim. Até então quando você é de Febem ou orfanato, orfanato as pessoas nem conhecem direito, acham que é Febem.

Um dia, mudando o foco, nós ainda morávamos no Passos e viemos para o Educandário fazer um curso de computação, montar currículo, essas coisas. Tem uma Febem aqui em cima na Raposo Tavares, fugiram, os menores. A polícia passou, nos viu e nos pegou. Nós estávamos na porta de nossa casa, a gente tinha acabado de fazer o curso, a gente estava arrumado de bermuda, tênis, suave. Aí falamos: Nós somos do orfanato aqui. Ah! vocês são da Febem, podem entrar [no camburão]. Não perguntaram, não pediram RG, já meteram para dentro [do camburão]. Se não passasse um funcionário do Educandário, o Carlos, todo mundo ia em cana. Então você já é discriminado por essa parte.

Aonde eu vou, tomo enquadre. Talvez seja a cara, que deve ser feia demais, o jeito de falar. Já tomei mais enquadre, apanhava, agora já não apanho porque sou universitário. Já apanhei com a namorada do lado. (...) Falei para ela, marca a placa, marca a placa. O policial : Ah! você vai na Corregedoria? Vou, lógico que eu vou, estou no meu direito, não sou vagabundo... eu trabalho. Ele enforcou, deu uns tapas sem esperar, eles batem sem você esperar... Isso já aconteceu várias vezes (...) enquadre é essencial na minha vida, é um fator assim... meio que estimulante. Estou sendo irônico.

(...) Eu sempre fiz coisas para não ser ladrão, para não depender desse recurso para sobreviver na vida (...) Minha luta foi sempre sair desse estigma de acharem que quem vem da Febem, quem mora em orfanato, vai ser sempre um zero. Não fui eu que escolhi ir para a Febem, não fui eu que escolhi ir para a rua, não fui eu que escolhi. Dos meninos que passaram pelo Passos, acho que só três se envolveram [com o crime], um morreu, outro foi preso, saiu e não faz mais, mudou de bairro, mora fora de São Paulo, e esse que está aí.

Esse canta bem, tem uma voz linda, poderia investir no canto, mas, pô, a pessoa tem que querer. Eu já falei para ele, aí eu converso e ele acha que eu estou zoando, querendo ser mais do que ele. Não é! Não estou querendo ser mais que ele.

(...) Tem princípios dentro de uma sociedade que você tem que seguir, não é? (...) Aí você conversa e ele acha: ah!, não, você está querendo ser mais do que eu. Eu, não, jamais, mesmo porque você é igual a mim. Viemos do mesmo lugar, a única diferença é que eu abracei as oportunidades, você não.

Eu acho que, para darem certo essas instituições, vai muito das pessoas, vai muito do ser que está sendo ajudado. Porque, pô, todo mundo teve as mesmas oportunidades, só eu fiz faculdade. Todos, só que o cidadão não faz por si, não corre atrás. Eu não admito. Eu não admito interno entrar na vida do crime, eu não admito, eu não aceito, eu não aceito.

Tem uns que entraram, eu não aceito. Vem falar comigo, eu converso. (...) Você teve a mesma oportunidade que eu, se você não

aproveitou, não quer dizer que você tem que entrar na vida do crime, porque eu não vou no seu enterro. O último enterro que eu fui foi o do Edson e é o último que eu vou na minha vida... Eu não vou, eu não vou, porque eu não acho justo, você passou a *vida* inteira sendo taxado como lixo, eles venceram.

Eles venceram, quem duvidava de você venceu. Está vendo, olha lá, falei que ia ser um vagabundo e é um vagabundo. Eles venceram... Todos no Passos tiveram as mesmas oportunidades, todos, todos. Desde a primeira geração até a atual. Porém, quem faz as coisas acontecerem é o ser humano, o ser que está sendo ajudado, se ele não for atrás...

(...) Eu tive perspectiva de vida, de não querer ser um *lixo*, de não ser chamado mais como um lixo (...) Isso acabou me dando forças, quando eu via que eu estava decaindo eu lembrava, ah! essa pessoa falou, falou... O mais gostoso, sabe o que é o mais gostoso? É ouvir a pessoa que te falou você é um lixo te pedir perdão, falar ah! eu me enganei...

Mundo do trabalho

Comecei a trabalhar no Educandário como salva-vidas na piscina, cuidava da piscina junto com o responsável. Depois fui trabalhar na Fundap, na Cristiano Viana, e na Cosesp, nos dois eu era office-boy.

Pelo Passos eu arrumei emprego no Shopping Iguatemi, quem indicou foi dona Xinha, que conhecia a presidente do local onde trabalhei. Fiz entrevista, passei. Fiquei de 3 de janeiro de 2000 até novembro do ano passado, fiquei lá oito anos.

Era office-boy no papel, mas dentro da empresa eu fazia diversas coisas, daí minha luta por um salário digno, fui pedindo aumento. O ano passado pedi aumento de janeiro a novembro, em dezembro me mandaram embora, porque eu estava reclamando muito, pedindo um salário digno... eu fazia o marketing da empresa, a contabilidade da empresa, era tipo Severino trabalhava como um condenado e ganhava pouco, aí comecei a reclamar... registrado como office-boy, comecei a reclamar, falei está errado

No começo eu gostava, trouxe responsabilidade, eu mexia com dinheiro dos outros... Aí tinha essa questão do salário (...) Eu tinha faculdade para pagar, eu não podia sair, tinha que sair próximo ao término do curso. Para mim foi uma boa sair, saí com todos os direitos... O problema é que as pessoas perguntam por que você foi mandado embora? Algumas pessoas perguntam já pensando, ele roubou, você percebe na lata das pessoas (...) Ah! acho que elas pensam assim. Eu duvido até da minha mãe, quer dizer, dela eu duvido mesmo. Eu duvido até da minha alma, o ser humano não é confiável.

Projeto de vida

Eu queria ser jogador de futebol. Então, na minha mente, se não dá para ser jogador de futebol, dá para ser técnico de futebol. Para ser técnico de futebol você precisa ter faculdade de Educação Física. Agora, não, não precisa. Então, a partir disso eu comecei a construir o meu mundo.

Eu fiz cursinho para entrar na USP, faltaram 5 pontos para eu entrar, para fazer escola de Educação Física em Bauru. Fiquei revoltado pra caramba. Aí fiquei sem estudar... vou ficar suave. Tive uma banda, toquei, fiz show, me divertia. Passei quatro anos da minha vida fazendo tudo o que quis. Tudo o que eu queria fazer da minha vida como pessoa, tipo, tudo o que eu não pude fazer, deixei o cabelo grande, rabo de cavalo, fiquei louco, fiz tudo o que eu pude fazer, pinteí de loiro, fiz tudo.

Aí depois disso eu fiquei com 23 anos, aí eu já comecei a ver, pô, estou em um emprego que eu ganho 400 contos. Minha madrinha ficava me buzinando: Vai fazer faculdade, você não gosta de Educação Física? Vai fazer Educação Física. Minha madrinha me enchia bastante. Aí entrei na Uniban.

A minha idéia é trabalhar com educação. Mudar o sistema educacional. É difícil? É difícil. Educação que eu falo é primeira infância. Pegar primeira infância na creche, pegar o ensino da 1ª à 4ª série e começar a mudar o mundo. Eu quero, eu sei que o governo não vai me ajudar. Mas, cara, você vai cansar! Eu vou cansar? Só que minha vida,

a minha história vai permitir que eu sempre lute em prol da educação (...) Porque com a educação é que você vai formar cidadão para uma sociedade mais justa, justa entre aspas, porque se continuar do jeito que está vai aumentar a pobreza.

Você pode ter boa-fé, o que eu acho que todos os profissionais da educação deveriam ter, mesmo sem investimento, mesmo que o governo não queira, acho que é o mínimo. Você se formou, você tem que ser profissional (...) Não tem investimento, mas o seu papel é seguir à risca o que você aprendeu... esse é o seu papel (...) Você não precisa nada, é só seguir a base nacional de ensino, se seguir, se forma um cidadão.

Eu escolhi Educação Física por causa disso, para tentar mudar o mundo através da educação e do esporte (...) Quero ser professor porque a educação é a base da evolução humana. Aí a pessoa vai falar: Mas a educação física vai ajudar na evolução humana? Ah! no meu modo de vida, sim.

Então, dentro da educação física você tem que mostrar para o aluno que dá para ele ser, não um atleta, mas uma pessoa de bem, ter convívio social, ter ética, ter respeito, fazer com que a pessoa contribua para a sociedade. Aí, se a sociedade e o todo não seguem à risca, não é problema dele. Ele tem que fazer o papel dele. Aí você fala, uma andorinha não faz verão. Lógico que faz, se ela sai do inverno do norte e vem para o sul, as outras seguem. É preciso uma iniciar para os outros poderem fazer. Então, tem que ter esse conceito, todo mundo tem que pensar para frente.

Depois que eu entrei na faculdade, eu recebo ajuda da presidente da liga [Liga das Senhoras Católicas], ela falou para todos os meninos que paga metade da faculdade para quem entrar. E recebo ajuda da minha madrinha para pagar o aluguel. Porque o que eu ganho não dá para fazer os dois, pagar faculdade e pagar aluguel, não dá.

Aí eu fecho o ciclo do Passos, a idéia do Passos é formar cidadão. Um ensino superior é o fim do processo de cidadão. Não só o ensino superior. Talvez eu vá para a Alemanha esse ano, representando o colégio [Educandário] e fico lá um ano, vou fazer intercâmbio cultural. Vieram uns alemães para cá como intercâmbio e eles falaram se quiser pode mandar alguém, só que tem que falar inglês ou um pouco de alemão, por isso estou aprendendo alemão.

(...) Se dez crianças que têm dificuldades vissem a minha história ou vissem uma palestra minha eu conseguiria mudar seis. Eu conseguiria mudar a visão de seis ou até mais, entendeu? Porque eu não precisei de muito, eu só usei o recurso que me deram. Eu não precisei de muito, tem gente que para mudar precisa de muito, querem que façam por ela.

Eu não, para acontecer, eu fiz para acontecer. Pra pessoa ver, pô, o moleque está fazendo. Por exemplo, a Alemanha: se eu for é porque eu estou fazendo. Eu vou passar 11 matérias na faculdade [fazer dois semestres em um], já na intenção de ir para a Alemanha, porque falaram no ano passado, aí eu perguntei, eu posso ir? Você pode, mas tem que estar formado.

Meu outro projeto é ter uma família, três filhos. Eu quero que meus filhos tenham tudo o que eu não tive em termos materiais e em termos familiares. Não sei o que é o amor de um pai, não sei o que é o amor de uma mãe. Aliás, não sei nem o que é o amor. Se você perguntar o que é o amor para mim, vai ser difícil explicar. Você já não sabe o que é o amor, imagina não tendo o amor de pai, o amor de mãe, amor de namorada, amor de amigo... meus filhos vão ter tudo o que eu não tive em todos os sentidos, afetivo, *vão ter presença*. Vão ter um pai presente que vai cobrar. Meus filhos vão ter que estudar muito. Nossa, meus filhos vão sofrer! Quando meu filho estiver com 7 anos, vou levar ele no Anhangabaú para ver onde o pai dele dormiu... Porque é muito fácil você educar em casa e não sair com seu filho de dentro de casa. Falar: Oh! Filho, a vida é diferente, você tem tudo na mão, mas se você não correr atrás, você vai acabar assim [como morador de rua]. Provavelmente ele não quis estudar.

CAPÍTULO IV

UMA APROXIMAÇÃO ANALÍTICA A ESSA TRAJETÓRIA DE VIDA, ASSUMINDO O JOVEM COMO UMA EXPRESSÃO DE SEU COLETIVO

4.1 Processo de socialização

A literatura referente ao estudo da vida cotidiana mostra que nascemos em um mundo objetivado e, para nele nos vincularmos, é imprescindível assimilarmos os modos de ser de suas relações sociais.

Para Heller (2004, p. 19), nascemos inseridos em uma cotidianidade, e ao longo de nosso amadurecimento, seus costumes, normas e ética nos são mediatizados por pequenos grupos como a família, a escola, a comunidade. Assim, à medida que incorporamos essas mediações, nos socializamos.

O homem aprende no grupo os elementos da cotidianidade (...) mas não ingressa nas fileiras dos adultos, nem as normas assimiladas ganham “valor”, a não ser quando essas comunicam realmente ao indivíduo os valores das integrações maiores, quando o indivíduo – saindo do grupo (por exemplo da família) – é capaz de se manter autonomamente no mundo das integrações maiores, de orientar-se em situações que já não possuem a dimensão do grupo humano comunitário, de mover-se no ambiente da sociedade em geral e, além disso, de mover por sua vez esse mesmo ambiente.

Para Berger e Luckmann (1999, p. 173-174), a realidade social é um processo dialético construído pela simultânea exteriorização, objetivação e interiorização do homem no mundo social. Dessa forma, o indivíduo, ao nascer, é levado a tomar parte dessa dialética social, e para que isso aconteça, é imprescindível ele assimilar o modo de ser de suas relações sociais.

O primeiro passo para essa assimilação é a interiorização. Por meio dela, o indivíduo compreende aqueles que lhes são próximos e a partir desse momento assume o mundo das relações com esses próximos:

... na forma complexa da interiorização, não somente “compreendo” os processos subjetivos momentâneos do outro mas “compreendo” o mundo em que vive e esse mundo torna-se o meu próprio (...) agora, cada um de nós não somente compreende as definições das situações partilhadas mas somos capazes de defini-las reciprocamente (...) Mais importante ainda é o fato de haver agora uma contínua identificação mútua entre nós. Não somente vivemos no mesmo mundo mas participamos cada qual do ser do outro (BERGER; LUCKMANN, 1999, p. 174-175).

Os autores denominam de socialização o processo pelo qual essa interiorização ocorre. Para eles, há dois tipos de socialização: a primária, isto é, “a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância, e em virtude da qual torna-se membro da sociedade”, e a secundária, “qualquer processo subsequente que introduz um indivíduo já socializado em novos setores do mundo objetivo de sua sociedade” (BERGER; LUCKMANN, 1999, p. 175). Nesse sentido, entendemos ser a socialização um processo contínuo na vida de um indivíduo.

Na socialização primária, há um alto grau de ligação emocional e identificação da criança com o seu socializador:

De fato, há boas razões para se acreditar que sem esta ligação emocional da criança com os outros significativos o processo de aprendizado seria difícil, quando não de todo impossível. A criança identifica-se com os outros significativos por uma multiplicidade de modos emocionais. Quaisquer que sejam, a interiorização só se realiza quando há identificação. A criança absorve os papéis e as atitudes dos outros significativos, isto é, interioriza-os, tornando-os seus (BERGER; LUCKMANN, 1999, p. 176).

Em razão disso, o mundo mediatizado para a criança será incorporado por ela como sendo o único possível e não apenas uma realidade filtrada, segundo a visão do outro que lhe é significativo. Isso torna o mundo apreendido na socialização primária mais consistente do que os demais mundos interiorizados nas socializações secundárias:

O mundo da infância, em sua luminosa realidade, conduz a ter confiança não somente nas pessoas dos outros significativos mas nas definições da situação dadas por estes. O mundo da infância é maciça e indubitavelmente real. (...) Só mais tarde o indivíduo pode dar-se ao luxo de ter um mínimo de dúvidas (BERGER; LUCKMANN, 1999, p. 182).

A socialização secundária – incorporação de outros mundos – tem como base as interiorizações feitas na socialização primária. Diferentemente da primária, os mundos interiorizados na secundária não pressupõem identificação e ligação emocional com o outro. Conseqüentemente, as definições da realidade não apresentam um caráter inevitável, o que permite ao indivíduo, mais facilmente, colocá-las em questão. Assim sendo, o fator mais importante na garantia de sua legitimação é a linguagem, que deve oferecer uma coerência entre o mundo já interiorizado e as novas aquisições de conhecimento.

Wilson, o sujeito de nossa pesquisa, começa o relato de sua trajetória de vida marcando como início de sua infância os 4 anos de idade. "Minha infância começou, o que eu me lembre, aos 4 anos de idade".

Nesse momento de sua vida ele sai da casa da avó materna e é deixado pela mãe na casa de uma família substituta, onde passa a vivenciar relações mediadas pela violência (violência aqui é entendida como as situações em que o indivíduo se vê barrado de concretizar sua humanidade; confira CIAMPA, 2005, p. 127), o que indicou ter prejudicado a sua vinculação com o adulto socializador desse grupo

Nesse sentido, os 4 anos de idade marcam o fim de sua infância, quando sua socialização primária é interrompida e ele é lançado compulsoriamente em uma socialização secundária marcada pela necessidade de lidar com um cotidiano adverso, sem identificação com um outro significativo.

Contudo a infância que não teve fica fazendo falta em sua trajetória de vida, tanto que ele dá o nome de infância a um momento que já não é mais infância, que marca o seu fim.

Nessa família substituta, Wilson provavelmente não encontrou espaços de identificação. Isso o levou, mais facilmente, a colocar em questão o mundo aí mediatizado e a reagir a essa violência saindo dessa casa para enfrentar, por conta própria, um mundo que ele não conhecia.

Assim, aos 6 anos de idade, vai morar na rua: “...entre estar na rua e estar na casa de alguém que não te quer, eu prefiro ficar na rua, porque na rua eu me virava”.

Em seu discurso, Wilson mostra o modo como se dão as relações vividas pelas crianças no espaço da rua: “Na rua tinha a proteção dos mais velhos, porque se você ficar sozinho, você roda (...) Então a gente tinha que fazer coisas para os caras, roubar para eles”.

Esses roubos na imediatividade dos acontecimentos significam um ato infracional. Mas um significado mais inteiro dessa ação, inscrito na dinâmica social que a determina, revela ser esse roubo uma maneira possível de ele garantir sua proteção e sobreviver no mundo sem a mediação de um outro significativo ou de uma referência familiar.

Percebe-se em seu relato que, por uma vivência de rua, ele só poderia sobreviver enquanto mantivesse um grupo de relações que se protegiam. Para fazer parte desse grupo havia um preço, que era contribuir com o produto de roubo. Ele participa do grupo, contribui para a sua manutenção, mas não se identifica, pois em seu discurso não há indicação de relações pautadas na afetividade, suas interações parecem agregações que visam a autoproteção.

Aos 8 anos ele vai para a Febem. Esse espaço é definido por ele como sendo pior que o da rua, nele a violência continua sendo a linguagem mais utilizada nas interações estabelecidas.

Ela está presente entre os pares: “só tentavam estuprar nós, os mais velhos (...) a gente ficava em grupo, ficava sempre atento para não acontecer”.

E no descaso dos funcionários: “Os funcionários faziam vista grossa, não se envolviam, porque se envolvessem fazia rebelião aí ferrava tudo”.

Então se evidencia um tipo de violência que é a invisibilidade do direito da criança à proteção. Pois uma ação que causa repulsa na sociedade, que é o estupro, tem um significado diferenciado por classe. Ele é tolerado quando se trata de uma criança sob a tutela do Estado.

Até então a história de vida de Wilson evidencia interações norteadas pela preocupação com a segurança. Ele passa longo período de sua vida, dos 4 aos 8 anos, sem encontrar um espaço de identificação.

Ele vai sempre questionando e procurando sobreviver nesse mundo, mas não se identifica com nada, nem com aquela família substituta, nem com o mundo da rua, nem com o mundo da Febem.

Em todas essas andanças, ele transita sempre em espaços limitados de relações, mesmo no mundo da rua. Pois, embora este seja um espaço fisicamente expandido, as relações parecem restritas àquele grupo de autoproteção, que fazia incursões na rua, mas não se relacionava. Ele se agrega a grupos: agrega-se a grupos dos meninos na rua, dos pequenos na Febem, mas todos no sentido de proteção, não há espaço para identificação.

Diante dessa ausência de afetos e de identificações, a questão que aqui se levanta é: o que Wilson interiorizou em sua socialização até esse momento?

Ele tem uma história que vai se formando desde os 4 anos de idade como alguém que, em razão da perda do outro significativo, está em embate com o mundo.

Parece que, ao vivenciar por conta própria todas aquelas situações de insegurança física e psíquica, ele vai interiorizando uma capacidade de construir o seu enfrentamento.

Ele aprendeu a vida, sua sobrevivência estava condicionada a ele ter atitudes, não tinha ninguém pensando por ele, em nenhum grupo de que participou. Isso lhe trouxe um aprendizado de autodefesa, se ele não aprendesse a se relacionar com o mundo em que estava inserido, não sobreviveria.

Mas não se conformou com esse mundo. Nele aprendeu a sobreviver, mas não era o que queria. Isso lhe deu a convicção de que, para superá-lo, para construir um mundo com algum sentido, tinha que contestar esse em que estava inserido e aproveitar a primeira oportunidade que se abrisse em sua vida.

Assim, quando é transferido para o Educandário Dom Duarte, refere-se a esse fato como sendo “a melhor coisa que aconteceu na minha vida”.

Na família substituta, na rua, na Febem, era desprotegido física e psicologicamente, não havia propósito nenhum. No Educandário há uma mudança de qualidade, há uma diferença, eles têm um certo enquadramento institucional de proteção, uma idéia do que querem com aquelas crianças em termos de estudo, então eles possuem uma visibilidade. No Educandário Wilson tem acesso aos estudos, tem algo mais construtivo com relação aos demais espaços em que viveu. Essa foi a grande mudança na sua vida:

No Educandário fiquei de 1989 a 1998. Nesses nove anos, fiz muitas coisas boas, muitas coisas ruins. Aprendi muitas coisas boas, muitas coisas ruins. Fui para a escola, aprendi a ter consciência, a respeitar as pessoas, a ter dignidade, a ter perspectiva de vida.

Então, significa que no Educandário ele se sentiu protegido. Ele já pode escolher as companhias por identificação e não por proteção. Isso é um ganho que ele desfruta no Educandário.

O Edson foi o primeiro moleque que eu fiz amizade. Ele saiu de Natal, foi passar o Natal com uma família e eu falei para ele: Mano, eu sonhei que você ganhou um carrinho do Batman. No dia que ele voltou: Vem cá, vem cá, olha o carrinho que eu ganhei, você acertou.

Com outros meninos, não houve menção de identificação. Assim, na hora em que ele não está mais preocupado com a proteção, ele tem a possibilidade de identificar-se com algumas pessoas e deixar-se gostar de pessoas. Ele encontra também um espaço mais amplo em termos de continuação de relação.

Por isso, na hora em que ele entra no Educandário, ele diz ter sido a melhor coisa que aconteceu na sua vida. Nesse lugar houve um progresso referente à questão da segurança que ficou resolvida, abrindo espaço para outros sentimentos. Mas continua sendo um mundo limitado, pois é uma instituição fechada, dentro dela tem todos os recursos.

Continua tendo uma socialização secundária em um grupo limitado, ele não transita por diferentes grupos. Passa de uma desproteção total para uma proteção extrema, isolado do mundo externo: “No Educandário você se sentia excluído em sentido de vivência, não era aberto como agora (...) Antes só tinha contato na escola, você não tinha contato com a rua. Fiquei preso aqui, fiquei preso até meus 16 anos”.

No contato diário com os laristas persistia, uma mediação pautada na violência: “O Estatuto da Criança e do Adolescente não funcionava muito aqui. Aqui a gente apanhava bastante, apanhava por coisa besta, apanhava por tirar nota ruim na escola, porque comia a sobremesa antes do prato principal”.

Nessas interações, observa-se que as definições da realidade traduzidas na socialização secundária objetiva a legitimação do papel do larista e o controle do comportamento da criança. Isso é percebido por Wilson que as coloca em questão continuamente, contrapondo-lhe a capacidade de enfrentamento de situações adversas que acumulou nos diferentes espaços em que interagiu: “Sempre passaram para nós que iríamos viver sozinhos, ficar até os 18 anos e depois morar sozinhos (...)”

Eu falava para eles: Sozinho eu moro desde os 4 anos de idade, então não vai fazer diferença”.

Desse modo, até os 12 anos toda a sua experiência com um adulto socializador é extremamente negativa, ele teve cuidados institucionais, mas não um adulto cuidador que lhe desse afeto. Parece que somente aos 11, 12 anos, quando foi batizado por uma funcionária do abrigo, é que ele pôde vivenciar relações de afeto e ter aquela condição que deveria ter tido na infância de um outro significativo na transmissão de valores:

Ela é minha base, meu alicerce (...) Ela e o esposo dela (...) eu era maltratado no lar e ela me recompensava com atenção, me tratava como filho. (...) Eles foram a base da minha vida, pessoas que eu tenho como visão. Se eu tiver uma família, a base da minha família é a dela, princípios, valores a se seguir (...) Ela me batizou em 1992, eu tinha 11 ou 12 anos, ou seja, passaram-se mais de 15 anos e ela cuida de mim até hoje, me incentiva. Pessoas que eu tenho como visão (...) princípios, valores a se seguir.

Todavia, a falta do outro significativo que marcou sua vida desde os 4 anos se reflete na desconfiança que Wilson tem do outro: “Eu nunca confiei nas pessoas (...) eu sempre fui maltratado desde criança. Então, quando alguém me trata bem, aí eu desconfio”.

Sua ida para o Projeto Passos vai refletir o modo como aprendeu a conviver com as pessoas, desconfiado e crítico:

O Passos para mim era mais um programa ilusionista, mais uma pessoa que queria descontar imposto de renda em forma de assistencialismo (...) é difícil você conseguir minha confiança, porque você não tem em quem confiar. Você passou a vida inteira se confiando sozinho, então o Mariano, para conseguir minha confiança, foi difícil.

Ele vem vivenciando relações fechadas, e só vai ter interações expandidas no Projeto Passos. Nele, as mediações são totalmente diferentes do que até então tinha experimentado na vida. Estabelece com o coordenador do programa uma relação de confiança, pautada no diálogo e na alteridade, parece haver aí um modelo de identificação e interiorização: “... o Mariano é um anjo, fala e se expressa, te dá segurança, te ouve (...) Então, o que acontecia era isso, conversavam, ensinavam, a gente aprendia, absorvia”.

Para Heller (2004), é adulto o indivíduo que interioriza as dimensões da dinâmica da sociedade no qual está inserido e nela é capaz, por si próprio, de orientar-se no sentido de transformá-la objetivando a satisfação de suas necessidades.

Wilson, ao relatar sua saída do Passos, reflete essa condição de ser autor de sua própria história: “Achei melhor sair porque já estava preparado, na época, para morar sozinho e seguir caminhando com minhas próprias pernas”.

4.2 Construção da identidade

Os estudos dedicados à categoria identidade indicam ser esta uma questão complexa, diretamente imbricada na compreensão da realidade social.

Assim, uma leitura da realidade que não supera a imediatez com que os fatos se apresentam tende a ocultar o seu movimento, as suas mediações. Conseqüentemente, por essa perspectiva de análise

da realidade, a identidade é concebida a partir do princípio da permanência do ser, ou seja, como algo imutável, atemporal.

Por esse princípio, o sujeito é previamente definido a partir dos papéis que lhe são atribuídos desde o seu nascimento, sendo a expectativa da sociedade a interiorização e reprodução desses papéis pelo indivíduo.

Em decorrência disso, o indivíduo deixa de ser o sujeito de suas ações para transformar-se em seu produto. Essa concepção de homem desprovido de movimento próprio implica desconsiderar os processos de produção de identidade.

É como se, uma vez identificado o indivíduo, a produção de sua identidade se esgotasse com o produto (...) Daí a expectativa generalizada de que alguém deve agir de acordo com suas predicções e, conseqüentemente, ser tratado como tal (...) Com isso retira-se o caráter de historicidade da mesma, aproximando-a mais da noção de um mito que prescreve as condutas corretas, reproduzindo o social. (CIAMPA, 2005, p. 163).

Essa idéia de identidade é bastante valorizada em espaços que operam, tendo como perspectiva de ação, caminhos preestabelecidos, subordinando os interesses dos indivíduos às normas e às regras institucionais. Neles as relações pautam-se nas ultrageneralizações, inibindo o exercício da diferença, o que, no geral, é visto com preconceito.

Conforme nos explica Heller (2004), a ultrageneralização é necessária para o homem movimentar-se no cotidiano. Todavia, quando

ela é refutada pela prática mas continuam a orientá-la, tornam-se preconceito:

O característico do pensamento cotidiano é a ultrageneralização (...) Os juízos ultrageneralizadores são todos eles juízos provisórios que a prática confirma ou, pelo menos, não refuta, durante o tempo em que, baseados neles, formos capazes de atuar e nos orientar. Se o afeto “confiança” adere a um juízo provisório, não representa nenhum “preconceito” o fato de se ter “apenas” juízos provisórios ultrageneralizados. (...) Mas, quando já não se trata da orientação na vida cotidiana e sim de nossa inteira individualidade (...) então devemos ter a capacidade de abandoná-los ou modificá-los. (...) Os juízos provisórios que se enraízam na particularidade (...) são pré-juízos ou preconceitos (HELLER, 2004, p. 34-35).

Por outro lado, quando se busca desvendar a realidade a partir de suas múltiplas determinações, a identidade passa a ser uma categoria sócio-histórica que se constrói no movimento contraditório das relações sociais.

Portanto, por essa abordagem o homem não interioriza passivamente os papéis que lhe são atribuídos, mas deles se apropria de maneira ativa. Isso desloca a discussão da identidade do plano exclusivo do indivíduo isolado para um caminho que incide sobre o social. Busca-se apreender não apenas o seu produto mas, principalmente, o seu processo de construção, suas determinações.

Assim, partilhamos da idéia de Martinelli (2005, p. 5):

As identidades, por sua natureza essencialmente dinâmica, criam-se e recriam-se continuamente no fértil terreno das diferenças, das alteridades, das diversidades, num verdadeiro jogo dialético onde pulsam identidades construídas e atribuídas.

Assim, identidades atribuídas e construídas se constituem reciprocamente, sendo a atribuída aquela que, de imediato, espera-se que o outro assuma numa relação. Ela é um referencial presente em qualquer interação. E a identidade construída é aquela que, por mediações pautadas no reconhecimento mútuo, cada pessoa, ao expressar sua vontade, ressignifica o que lhe é atribuído, num movimento constante de construção de identidade, síntese sempre provisória entre o que é atribuído e o que é construído na relação. “Identidades são, pois, identificações em curso” (SANTOS, 2008, p. 135).

Como nos diz Ciampa (2005), identidade é movimento, é metamorfose, é transformação. Portanto, para apreendê-la, não devemos nos perguntar como foi construída, mas como vai sendo construída.

Wilson, em sua trajetória de vida institucional, diz-nos que na Febem “O contato com os educadores era seco, era meio ditatorial, sistemático. Faz isso! Não faz isso!”

E no Educandário: “A gente não teve escolha aqui, as coisas eram impostas (...) era feito do jeito que eles queriam, era estilo quartel, cabelinho raspado, andar do jeito que eles queriam”.

A descrição de Wilson revela uma estrutura institucional baseada no cumprimento de exigências externas que regulam o espaço do ser e no qual a criança tem um limite muito restrito de possibilidade de se expressar.

Na complexidade da construção da identidade dessas crianças, com vivência institucional muito longa, observa-se que, além de uma identidade atribuída, há aquela que vai sendo exigida delas tendo como parâmetro apenas a obediência à regra institucional. Isso forja nelas uma identidade cujo jeito de ser a todos iguala, não havendo espaço para a individualização.

Observa-se que essa identidade forjada prepara a criança para uma vida restrita ao espaço institucional. “No Educandário, você se sentia excluído em sentido de vivência. Não era aberto como agora (...) Antes só tinha contato na escola, você não tinha contato com a rua. Ficava preso aqui. Fiquei preso até os meus 16 anos”.

Wilson, nesses contextos institucionais, parece vivenciar um cotidiano desprovido de mediações, o que vai se refletir em um sentimento de solidão:

Aqui a gente apanhava bastante (...) Não havia diálogo, se tinha alguma coisa errada não era exposta (...) aqui eu sempre me senti sozinho, aprendendo sozinho, pelo menos eu. No lar era eu e só eu (...) eu saía do lar e ia para os pés de fruta, ficava lá pensando na vida (...) porque ninguém vinha falar comigo.

Nesses espaços, aparentemente esvaziados de movimento, a ele tentaram impor uma identidade pronta, acabada: “Sempre ouvi dizer que ia ser um ladrão (...) Falavam: Você veio da rua, você vai terminar na rua”.

Sendo a identidade uma categoria sócio-histórica que se constrói na relação com o outro, aqui a pergunta que fazemos é: como o Wilson,

vivenciando essas relações desprovidas de sentido, foi construindo sua identidade? Ou melhor, que movimento essa aparência de permanência ocultava?

Como vimos, no seu processo de socialização até encontrar sua madrinha, Wilson não se identificou com nenhum adulto. Ele busca apreender os modos de ser das relações nos diferentes espaços por onde andou. Mas, para superar as adversidades com que depara e construir o mundo que quer para si, ele desenvolve a capacidade de contestação. Assim, embora vivencie esses espaços restritos de interações, ele nega a identidade que buscam forjar nele. “Então meu foco foi sempre ser... não ser... Como posso te dizer? Não ser mais um do que já se esperava (...) Eu sempre procurei calar a boca das pessoas com resultados.

Seu movimento tem a intencionalidade de contrapor-se à expectativa do olhar do outro. É uma atitude de reação a essa visão ultrageneralizadora, preconceituosa da realidade.

Diante da violação de seus direitos, revela sua resistência e seu inconformismo. Ao expressar a sua subjetividade, é rotulado como “revoltado”: “Eles falavam que eu era revoltado (...) Tem coisas que eu não entendo como ser revoltado. Acho que você debater um tapa que você levou de uma pessoa que não é seu pai não é ser um revoltado”.

Na relação com a madrinha, inicia um vínculo significativo que lhe permite a troca, o diálogo, a construção de uma realidade partilhada que abre outros caminhos a ser percorridos: “Eu era maltratado no lar e ela me recompensava com atenção, me tratava como filho, sempre falando: O que você quer ser na vida?”.

No Passos encontra um espaço organizado em função do real interesse dos adolescentes, o que lhe permite expressar sua subjetividade, conviver com o outro, e suas necessidades são ouvidas e percebidas.

Adolescente é adolescente, então vai ter discussão. Aí eles começam a cobrar para que você fale sobre sua relação com tal pessoa (...) Você começa a conviver, a debater. No Educandário não debatia, se brigava era porrada, cada um ia para o seu canto, ficava na sua cama. No Passos tinha que resolver o problema (...) lá era muito melhor, lá tinha convivência (...) você tinha que conversar, porque uma coisa ia depender da outra.

Revela-se aí um cotidiano cuja construção é partilhada. As diferenças são negociadas e as contradições impulsionam novas práticas em uma constante produção/reprodução de identidades.

Percebe-se que Wilson vai construindo sua identidade por meio da atividade e de sua força de contestação: “Eu sempre fiz coisas para não ser um ladrão, para não depender desse recurso para sobreviver na vida”.

Sua intenção é desvelar o quanto essa ultrageneralização, essa expressão de preconceito, é enganosa, estigmatizadora e prejudica o seu coletivo: “Minha vida foi sempre sair desse estigma de acharem que quem vem da Febem, quem vem do orfanato vai ser sempre um zero”.

4.3 Inclusão social

Para Martins (2003), exclusão passou a ser um rótulo, amplamente utilizado a partir dos anos 1990, para explicar todos os problemas que ocorrem na realidade social. O autor faz uma crítica severa a esse esquema de rotulações, o qual, ao tentar apreender os fenômenos dissociados dos processos que os determinam, oculta as mediações que ocorrem nessa realidade dinâmica e contraditória.

Assim, a exclusão, por não superar a imediatez com que os fenômenos se apresentam, passa a ser concebida como algo “fixo, irremediável e fatal”. Nesse sentido, Martins considera haver uma “fetichização do conceito de exclusão” e tem como proposta contrapor a práxis ao rótulo:

Como se os muitos aspectos problemáticos da realidade social estivessem à espera de quem os batizasse, lhes desse nome. E não estivessem à espera de quem lhes descobrisse os significados ocultos e ocultados, os mecanismos invisíveis da produção e reprodução da miséria, do sofrimento, das privações. E, sobretudo, lhes descobrisse as contradições e fragilidades, as brechas que se abrem na práxis de um vivido capaz de transformar a vida e o mundo e dar sentido à esperança radical do homem que se humaniza e se liberta a si mesmo de carências, de pobreza, na luta de todos os dias, vivente de distintos tipos de exclusão. Sobretudo carente de vida com sentido, que essa, sim, é a exclusão historicamente maior e mais grave (MARTINS, 2003, p. 10).

Desse modo, na análise da realidade social, o seu foco são as contradições inerentes aos sistemas políticos e econômicos, pois estas abrem espaço “no interior do que parece forte e dominante, configurando-se como o campo de ação eficaz dos frágeis”. Por essa perspectiva de análise, não existe exclusão, existe a contradição:

... rigorosamente falando, *não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes*; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, sua esperança, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações, porque não se trata estritamente de exclusão, *não se dão fora* dos sistemas econômicos e dos sistemas de poder. Elas constituem o imponderável de tais sistemas, *fazem partes deles* ainda que os negando. As reações não ocorrem de fora para dentro; elas ocorrem no interior da realidade problemática, “dentro” da realidade que produziu os problemas que as causam (MARTINS, 2003, p. 14)

Nesse sentido, o autor, em substituição ao rótulo exclusão, apresenta a idéia de exclusão integrativa. Esta, apreendida como expressão das contradições do sistema capitalista e não apenas a partir de um viés economicista, implica “interpretação crítica e a reação da vítima, isto é, a sua participação transformativa no próprio interior da sociedade que exclui, o que representa a sua concreta integração” (MARTINS, 2003, p. 17)

Dessa forma, compartilhamos do pensamento de Martins de que não há exclusão; portanto, o problema não está na exclusão, mas sim nas formas de inclusão de determinados grupos sociais.

A história de Wilson revela de maneira contundente a análise do autor. Ele, após perder os vínculos com a família de origem, é deixado em uma família substituta que parece não se preocupar em inseri-lo no contexto familiar nem em outros espaços, inclusive na escola.

Todavia, como nos diz Martins, as vítimas dos processos excludentes reagem e buscam meios de se humanizar e libertar-se da

carência. Como se observa na fala de Wilson, “na rua eu já sabia ler e escrever (...) aprendi pegando o caderno da menina e dos meninos da família. Fui aprendendo sozinho. Eu aprendia, só não tinha... só não entrei na escola e tinha uma escola perto de onde eu morava”

Na rua, durante dois anos, Wilson vivenciou de forma mais intensa esses processos excludentes inerentes à sociedade capitalista. Aqui a pergunta que se faz é: Quais são as possibilidades de reação e humanização nesse espaço, em especial para uma criança?

É difícil encontrar uma resposta a essa questão, mesmo porque, no imaginário social, se essas crianças têm alguma visibilidade, ela se dá no sentido de serem consideradas uma ameaça para a sociedade. Parece que aí se dá uma inclusão ao avesso, ou seja, pelo risco que elas representam para a sociedade e não pela situação de risco em que o Estado e a sociedade as colocam.

Na Febem persiste esse modo de inclusão precária e desumana: “Era pior que na rua, bem pior eu acho (...) só tentavam estuprar nós os mais velhos (...) os funcionários faziam vistas grossas, não se envolviam, porque se envolvessem tinha rebelião, aí ferrava tudo”.

Nela, ele vive uma vida sem sentido: “Lá eu não fazia nada. Dormia, comia. Fiquei sem ir para a escola, só sabia o que sabia”. Esta, como analisa Martins, “é a exclusão historicamente maior e mais grave” (2003, p. 10).

Todavia, é incluído para ser punido no caso de desobediência às ordens institucionais: “Faz isso! Não faz isso! Se fizer, apanha”.

No Educandário, a inclusão de Wilson começa a ganhar alguma qualidade. Ele, em razão de sua capacidade de contestação, considera em suas análises tanto os aspectos positivos quanto os negativos referentes a esse espaço. Assim, comenta ser este "a melhor coisa que aconteceu na minha vida".

Aí pode finalmente ingressar na escola, o que já desejava desde sua ida para a família substituta, e não precisou mais se proteger da violência existente na rua e na Febem.

Por outro lado, nos diz: "No Educandário você se sentia excluído em sentido de vivencia (...) não tinha contato com a rua". Conta-nos também da violência dos laristas: "bateram e ficaram marcas. Ah! Nós apanhávamos com varinha de marmelo, mangueira".

Há também a exclusão da possibilidade de compartilhar com o outro a realidade vivenciada: "Aqui eu sempre me senti sozinho (...) eu saía do lar e ia para os pés de fruta, ficava lá, pensando na vida, porque ninguém vinha falar comigo".

Em outro momento, retoma os aspectos positivos desse lugar, evidenciando o que Martins denomina de exclusão integrativa: "Ainda assim estava feliz, porque acho que foi uma fase boa da minha vida. Era bem tratado comparado aos locais que tinha antes".

No Passos, sua inclusão se faz tendo por base um sujeito de direitos: "a proposta era formar você para a sociedade".

Conforme nos diz Martins, “não existe exclusão (...) existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta” (2003,p.14).

Wilson, em sua saída do Passos, mostra como se dá esse processo por aqueles que o vivenciam:

Quando eu saí eu acho que representou o fim da formação de um cidadão, eu saí com 19 anos do Passos. Então você aprende tudo na vida, você acha que está apto a seguir na sociedade, uma sociedade que te excluiu como ser humano, como uma escória, algo tipo de ruim.

Todavia, ainda continua vítima de processos excludentes, sendo oprimido pelo de polícia: “Aonde vou tomo enquadre”. Mas não deixa de proclamar sua força reivindicatória e sua crítica corrosiva: “(...) O policial: Ah! Você vai na Corregedoria? Vou, lógico que vou, estou no meu direito”.

No mundo do trabalho, sua força reivindicatória o faz lutar contra o baixo salário e a exploração inerente à ordem capitalista:

Eu era office-boy no papel, mas dentro da empresa eu fazia diversas coisas, daí minha luta por um salário digno, fui pedindo aumento. No ano passado pedi aumento de janeiro a novembro, em dezembro me mandaram embora, porque estava reclamando muito, pedindo um salário digno.

Após o desabrigamento, tenta ingressar em uma universidade pública; como não obteve êxito, experimenta, agora livremente, formas próprias de efetivar sua inclusão: “Eu fiz cursinho para entrar na USP,

faltou 5 pontos para eu entrar (...) aí fiquei sem estudar... vou ficar suave, tive uma banda, toquei, fiz show, me divertia”.

Depois de vivenciar essa liberdade que pareceu ficar fazendo falta na vida institucional, ele entra em uma universidade. Atualmente, tem planos para uma pós-graduação e intercâmbio cultural na Alemanha. Evidencia, assim, a capacidade de atuar como sujeito de sua história e transformar as diferentes realidades vivenciadas ao longo de sua trajetória, realizando a “concreta integração” na sociedade que o privou de direitos fundamentais.

Outra categoria importante para analisar os modos de inclusão de Wilson é o sofrimento ético-político, pois permite perceber como a exclusão é sentida pelos sujeitos que a vivem.

Sawaia (2007), para construção dessa categoria, utiliza o aporte teórico de Espinosa, Heller e Vigotsky. Ela introduz na análise da exclusão social a emoção e o sofrimento, qualificando-os de sofrimento ético-político. Ao priorizar a emoção e o sofrimento, tem por objetivo garantir a centralidade do sujeito nas pesquisas econômicas e políticas, pois:

É no sujeito que se objetivam as várias formas de exclusão, a qual é vivida como motivação, carência, emoção e necessidade do eu (...) Sem o questionamento do sofrimento que mutila o cotidiano, a capacidade de autonomia e a subjetividade dos homens, a política, inclusive a revolucionária, torna-se mera abstração e instrumentalização (SAWAIA, 2007, p. 98-99).

Sawaia, para elaborar essa categoria, recorre ao conceito de potência de ação de Espinosa; à distinção entre dor e sofrimento elaborada por Heller e à noção de significado de Vigotsky.

Potência de ação é a interação pautada na criatividade, o que permite lidar com as vicissitudes da melhor maneira possível; “é o direito que cada indivíduo tem de ser, de se afirmar e de se expandir, cujo desenvolvimento é condição para se atingir a liberdade” (SAWAIA, 2007, p. 111).

Para entender a diferença entre dor e sentimento feita por Heller, é importante retomar a idéia de ser particular e o ser genérico. O primeiro é aquele que se relaciona com o mundo motivado por seus interesses pessoais ou corporativos. O segundo é aquele que percebe o mundo a partir de questões universais. Nesse sentido, a dor é inerente a qualquer indivíduo, seja ele particular ou genérico, enquanto o sofrimento é a dor sentida por aqueles que vivem situações de exclusão ou por aqueles implicados com causas da humanidade.

Vigotsky reflete sobre a emoção e o sentimento a partir do significado que eles possuem na vida cotidiana. Assim o fenômeno é intersubjetivo, portanto histórico e social.

Nesse sentido, o sofrimento ético-político:

... abrange as múltiplas afecções do corpo e da alma que mutilam a vida de diferentes formas. Qualifica-se pela maneira como sou tratada e trato o outro na intersubjetividade, face a face ou anônima, cuja dinâmica, conteúdo e qualidade são determinados pela organização social. Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da

sociedade. Ele revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente às possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (...) conhecer o sofrimento ético-político é analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência da integração social, e, portanto, entender a exclusão e a inclusão como as duas faces modernas de velhos e dramáticos problemas – a desigualdade social, a injustiça e a exploração (SAWAIA, 2007, p. 104-107).

O relato de Wilson demonstrou que ele vivenciou esse sofrimento ético-político quando ele menciona com intensa carga de emoção, o lugar social que os educadores a ele delegaram: “Sempre ouvi dizer que ia ser ladrão, ia ser um lixo na sociedade, ia ser um verme, um maldito, que ia morrer com 21 anos”.

O nível de desumanidade aí presente pareceu repercutir para ele como uma exclusão do direito de “ser gente”, indicando tê-lo marcado de tal modo que se transformou em sua maior luta contra esses processos de exclusão: “Meu foco foi sempre ser... não ser... como posso te dizer, não ser mais um do que se esperava (...) o que é o mais gostoso? É ouvir a pessoa que falou você é um lixo te pedir perdão, falar : Ah! Eu me enganei...”.

Em seu discurso, busca demonstrar estatisticamente a falta de fundamento desse estigma, pois “dos meninos que passaram pelo Passos, só três se envolveram [com o crime]”.

Nesse sentido, Wilson mostra sua preocupação com a situação de seu grupo social, porque, dos três meninos que se envolveram com o crime, um deles ainda continua envolvido e ele não mede esforços para tentar transformar a vida desse seu amigo:

Este canta bem, tem uma voz linda, poderia investir no canto, mas, pô, a pessoa tem que querer. Eu já falei para ele, aí eu conversei e ele acha que eu estou zoando, querendo ser mais do que ele, não é! Não estou querendo ser mais que ele.

Em seu discurso, mostrou sua preocupação com aqueles que, como ele, vivenciaram processos excludentes, buscando implicar todos em sua luta: “Eu não admito, eu não admito interno entrar na vida do crime, eu não admito, eu não aceito, eu não aceito”.

A sua trajetória de vida revelou que ele – pautado no que Espinosa denomina de “potência de ação” – pode transformar com criatividade as situações de vulnerabilidade vivenciadas. E com igual determinação busca levar o seu exemplo a seus iguais e, assim, contribuir para que eles aproveitem as brechas que se abrirem para transformar suas condições de vida: “... se dez crianças que têm dificuldades vissem a minha história ou vissem uma palestra minha, eu conseguiria mudar seis, ou até mais, entendeu? Porque eu não precisei de muito, eu só usei o recurso que me deram (...)”.

4.4 Projeto de vida

O homem é um ser de necessidades e o único que, em seu processo de transformação, não se repete, pois, ao responder a uma necessidade, cria outras, modificando a si e a natureza. Por isso podemos dizer que o homem, por sua capacidade teleológica, se autoconstrói como um ser de projetos, produtor de si e de sua história.

Sendo o homem um ser social, o projeto não se restringe à sua subjetividade. Portanto, é condição para sua construção a possibilidade de ele ser, comunicado, compartilhado com o outro.

A idéia central é que, primeiramente, reconhece-se não existir um projeto individual “puro”, sem referência ao outro ou ao social. Os projetos são elaborados e construídos em função de experiências sócio-culturais, de um código, de vivências e interações interpretadas (VELHO, 2008, p. 28).

Assim, por estarem sujeitos à intervenção do outro e às transformações socioculturais, eles podem ser constantemente modificados, possibilitando aos indivíduos construir e reconstruir sua trajetória de vida. Isso implica necessariamente o reconhecimento da diferença e a possibilidade de escolha do sujeito.

Mas, sobretudo, o projeto é o instrumento básico de negociação da realidade com outros autores, indivíduos ou coletivos. Assim ele existe, fundamentalmente, como meio de comunicação, como maneira de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações para o mundo (VELHO, 2003, p. 103).

Outro aspecto fundamental na construção de um projeto são as condições objetivas para sua realização:

Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um *campo de possibilidade*. Não operam num vácuo, mas sim a partir de premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos (VELHO, 2003, p. 46).

Ainda segundo Velho (2003, p. 47),

As trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos. A viabilidade de suas realizações vai depender do jogo e interação com outros projetos individuais ou coletivos, da natureza e da dinâmica do campo de possibilidade.

Podemos concluir da análise de Velho que projeto de vida é inerente a todos os indivíduos. Todavia, o campo de possibilidade para sua objetivação não se aplica de modo igualitário para todos os grupos dentro de uma sociedade capitalista.

Nesse sentido, a questão que se apresenta é: quais são os campos de possibilidade para construção de um projeto de vida para jovens com longo período de abrigamento e sem referência familiar?

Wilson, desde a infância, tinha em seu comportamento um projeto. Pois, mesmo vivendo em um espaço em que lhe é vedada a frequência à escola, ele aprende a ler e a escrever sozinho. Isso porque ele tinha uma intencionalidade: querer mais da vida do que a vida estava lhe oferecendo, o que já se configura indício de um projeto.

Para ele, o ingresso no Educandário representou uma mudança positiva. Aí ele pode ficar despreocupado com sua proteção e sobrevivência, é um espaço que também oferece a possibilidade de estudo, o que vai direcionar e dar base para seu projeto.

Wilson, inserido em campo de possibilidades, começa a exteriorizar aquilo que estava implícito nele. Em seu discurso, podemos perceber que a construção de seu projeto foi perpassada por relações contraditórias que, ressignificadas, serviram de referência ao seu projeto.

Eu tive perspectiva de vida de não querer ser mais um lixo, de não ser mais chamado como lixo (...) isso acabou me dando forças, quando eu via que estava decaindo, eu lembrava, Ah! Essa pessoa falou... O mais gostoso, o que é o mais gostoso? É ouvir a pessoa que te falou você é um lixo te pedir perdão, falar: Ah! Eu me enganei.

Aí o projeto é referenciado ao outro no sentido de se contrapor ao preconceito e de se afirmar perante esse outro.

Aos 14 anos, ele começa a perceber em si um potencial que pode transformar-se em um projeto profissional:

Eu poderia ser, sei lá, eu poderia ser jogador de futebol, eu jogava bem. Eu não tive incentivo, eu tinha 14 anos, não era velho. Aí o diretor do orfanato na época falou: Não, você tem que começar a arrumar um emprego e já se preparar para sair daqui com dinheiro e com emprego garantido.

O abrigo, se, por um lado, oferece certo campo de possibilidade para a construção de um projeto, como a segurança e o estudo, por outro, parece definir um projeto para esse grupo social – manter a

sustentabilidade após desabrigo – retirando do adolescente a possibilidade da escolha.

Na relação com a madrinha, abre-se para ele a possibilidade de escolha. Ela sempre lhe perguntava: “O que você quer ser na vida?”. Esta senhora, mesmo depois que ele sai do abrigo, continua a apoiá-lo: “Vai fazer faculdade, você não gosta de Educação Física? Vai fazer Educação Física”.

O Projeto Passos pareceu ser outro campo de possibilidade na construção de seu projeto de vida. A interpretação que faz desse lugar é que “a idéia do Passos é formar cidadão”.

Nesse espaço, as relações se dão com base no diálogo, ao comunicar seu projeto ao amigo ele começa a reconstruí-lo: (...) O Edson ia se formar em Sociologia eu em Educação Física, então a gente tinha um projeto, tinha planos. O Edson era músico, eu sou músico, e a gente conversava”.

Wilson, em seu projeto de ter uma família, parece buscar reconstruir as relações afetivas que ficaram fazendo falta em sua vida em razão do rompimento dos vínculos com sua família de origem:

Meu outro projeto é ter uma família. Eu quero que meus filhos tenham tudo o que eu não tive em termos materiais e em termos familiares. Não sei o que é o amor de um pai, não sei o que é o amor de uma mãe. Aliás, não sei nem o que é o amor, se você perguntar o que é o amor para mim vai ser difícil explicar. Você já não sabe o que é o amor, imagine não tendo o amor de pai, amor de mãe, amor de namorada, amor de amigo. Meus filhos vão ter tudo o que eu não tive em todos os sentidos, afetivo... *vão ter presença*. Vão ter um pai presente que vai cobrar. Meus filhos vão ter que estudar muito.

Wilson não só tem um projeto pessoal como tem um projeto de ação referenciado aos seus iguais. Esse projeto inclui alguns princípios, é um projeto que tem um valor ético político. Ele nunca se sentiu respeitado e quer levar ao outro o exemplo de respeito. Seu objetivo é a expansão e a consolidação da cidadania.

Minha idéia é trabalhar com educação (...) eu sei que o Governo não vai me ajudar (...) Só que minha vida, a minha história vai permitir que eu lute em prol da educação (...) Porque com a educação é que você vai formar cidadão para uma sociedade mais justa (...) Então dentro da educação física você tem que mostrar para o aluno que dá para ele ser não um atleta, mas uma pessoa de bem, ter convívio social, ter ética, ter respeito, fazer com que a pessoa contribua para a sociedade.

CONCLUSÃO

A preocupação que norteou este estudo foi o modo como jovens que vivenciaram o rompimento dos vínculos familiares e um longo período de abrigamento estão construindo suas vivências após o desligamento institucional.

Esta pesquisa teve como perspectiva de análise a trajetória de vida de um sujeito tomado como representante de seu coletivo. Tal trajetória desvelou o movimento desse jovem para o enfrentamento, a contestação e a superação da privação dos seus direitos. Desse modo, mostra que essas crianças e adolescentes não são passivos, eles resistem à banalização com que a sociedade encara as suas condições de vida – ainda que, em razão disso, sejam taxados como revoltados.

Assim, na luta contra os processos sociais excludentes que perpassaram sua trajetória de vida, Wilson revela que seu objetivo não se reduziu à problemática da subsistência. Ele evidencia sua força reivindicatória para fazer valer seus sonhos, sua condição de sujeito de direitos, até atingir o patamar de protagonista na construção de seu projeto de vida.

Nesse percurso, Wilson mostra como foi se constituindo em um sujeito político, consciente de que as adversidades que enfrentou no curso de sua vida são comuns às várias crianças e adolescentes que como ele são vítimas desses processos sociais excludentes. Essa percepção o faz delinear um projeto profissional que tem o compromisso

com o coletivo do qual faz parte. Pois, por meio de sua prática profissional, ele pretende “formar cidadão para uma sociedade mais justa”.

A trajetória de Wilson revelou o que nos diz Carreteiro (2007, p. 89) quanto a “ser o projeto um dos organizadores da existência ao qual o ser humano não pode escapar”.

Nesse sentido, o desafio posto é garantir condições objetivas para que esses adolescentes, que vivem um longo período em abrigo, possam assumir os seus próprios sonhos na construção de seu projeto de vida.

A história de vida de Wilson evidencia uma condição importante para a construção desse projeto: a segurança. No momento em que estava preocupado com sua segurança no seu dia-a-dia, com a preservação da própria integridade física e psíquica – no mundo da rua e no mundo da Febem –, suas ações e seus projetos eram relacionados ao aqui e agora, à garantia de sua sobrevivência imediata, da preservação de seu corpo e de sua mente. Não havia espaço nem condições objetivas para a construção de um projeto de longo prazo, talvez não houvesse espaço sequer para o sonho.

Na hora em que ele encontra um espaço no qual se sente protegido, em que pode se desarmar desse alerta permanente, ou seja, quando a sua segurança atinge um patamar de estabilidade, ele se permite delinear um projeto, e começa a pensar o que quer ser na vida, como se preparar para o futuro.

Essa estabilidade também está relacionada ao fato de Wilson não ter sido transferido de um abrigo para outro, o que lhe permitiu uma continuidade em sua preparação para a vida e a possibilidade de fortalecimento de vínculos com algumas pessoas, condições fundamentais para a construção de seu projeto de vida.

Essa pesquisa revelou ser o Projeto Passos uma alternativa importante na transição para o mundo da vida autônoma, por ocasião do desabrigamento de jovens que não contam com o apoio familiar. Esse espaço permitiu aos adolescentes que a experimentação de uma nova vida se fizesse sem excessivos sobressaltos, contando com o acompanhamento de um profissional interessado e cuidadoso até a conquista de uma autonomia real.

A importância do Projeto Passos para essa transição ficou tão evidente para Wilson que ele, ao se perceber em condições de ser independente – com a clareza de sua condição de sujeito político, disposto a lutar pela garantia dos direitos dos outros jovens que vivenciaram trajetórias semelhantes à sua – se desabrigou para possibilitar a outro essa vivência.

Em que pese a importância dessa alternativa, ela não deve ser a única, outras necessitam ser incentivadas para atender de forma diferenciada a essa população. É importante que se construam diferentes formas de atenção, para que as diversas situações resultantes de períodos prolongados de abrigo encontrem respostas adequadas.

Ainda que o ECA nos diga, no Capítulo III, artigo 19: “Toda criança tem o direito a ser educada no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária...”, abrigo continua sendo uma realidade, cuja perspectiva de ser uma medida provisória e excepcional não foi concretizada.

O relato de Wilson permite perceber em vários momentos o prejuízo e o sofrimento das crianças e dos adolescentes que ainda não têm esse direito garantido. Um desses momentos é quando esses adolescentes vão para o Projeto Passos e constataam: “No Passos você tem contato, você vê outros rostos, pessoas que não sabiam quem você era, te tratavam como se você tivesse pai e mãe, então te tratavam como cidadão”.

Wilson sente que o fato de não ter tido o direito à convivência com uma família que fosse sua lhe dá uma condição de “não-cidadão” e que está conseguindo superar essa condição quando o “olhar do outro” não detecta essa ausência em suas atitudes e em seu modo de se relacionar no Projeto Passos.

Em outro momento, como porta-voz de seu coletivo, Wilson comenta ser o projeto de todos os meninos com os quais convivia no abrigo, ter uma família. Isso, desvela a falta que esse direito faz na trajetória de vida desses jovens que, mesmo não podendo contar com os cuidados de sua família de origem, continuam sendo sujeitos do direito à convivência familiar e comunitária.

Das palavras de Wilson emerge, então, o principal desafio posto ao Estado e à sociedade por esses jovens cujas vidas foram truncadas

pelo longo abrigamento e pelo rompimento de seus vínculos com suas famílias de origem: como garantir a esses adolescentes e aos demais que ainda superlotam os abrigos o direito constitucional de convivência familiar e comunitária?

REFERÊNCIAS

ARRUDA, I. C. *O cotidiano de um abrigo para crianças e adolescentes: uma simplicidade complexa*. 2006. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

BAPTISTA, M. V. Um olhar para a história. In: *Abrigo: comunidade de acolhida e socioeducação. Coletânea Abrigar* n. 1, São Paulo: Instituto Camargo Corrêa, 2006.

_____. *A investigação em serviço social*. São Paulo: Veras, 2006.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1999.

CASTEL, R. As armadilhas da exclusão. In: WANDERLEY, M. B; BÓGUS, L.; YASBECK, M. C. (Orgs.). *Desigualdade e questão social*. São Paulo: Educ, 2000.

CARRETEIRO, T. C. A doença como projeto: uma contribuição à análise de formas de afiliações e desafiliações sociais. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2007.

CIAMPA, A.C. *A estória do Severino e a história da Severina*. São Paulo: Brasiliense, 2005.

CUNHA, A. C. *O dia seguinte: a vida além dos muros de adolescentes egressos do Programa Casas de Convivências – FEBEM/DT2*. 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

FÁVERO, E. T. *Perda do pátrio poder: aproximações a um estudo socioeconômico*. São Paulo: Veras, 2000.

_____. *Questão social e perda do poder familiar*. São Paulo: Veras, 2007.

GOLDMANN, L. *Dialética e cultura*. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

GULASSA, M. L. C. R.; PIETRO, I. L. (Coord.). *Imaginar para encontrar a realidade: reflexões e propostas para o trabalho com jovens nos abrigos*. São Paulo: Abrigar. [s.d., mimeo].

HELLER, A. *O cotidiano e a história*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. *La revolución de la vida cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1982.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço social no tempo do capital fetiche*. Tese apresentada para fins de inscrição em concurso público de provas e títulos, para preenchimento de vagas de Professor Titular no Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

_____. A questão social no capitalismo. *Revista Temporalis*, Rio de Janeiro, ano II, n. 3, 2001.

IANNI, Otavio. *A questão social*. In: *São Paulo em Perspectiva*, revista da Fundação Seade, v. 5, n. 1, 1991.

KHOURY, Y. *Muitas memórias outras histórias: cultura e o sujeito na história*. Olho D'água, 2004.

MINAYO, M. C. S.; GOMES, S. F. D. R. E. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 2007.

MARTINELLI, M. L. *A pergunta pela identidade profissional do serviço social: uma matriz de análise*. Texto de apoio, 2005.

MARTINS, J. S. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 2003.

MATIAS, D. S. G. *Crise, demandas e respostas fora de lugar*. 2002. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

MONTAÑO, C. *Terceiro setor e questão social*. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. In: *Projeto História*. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 15, abr. 1997a.

_____. *Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade*. In: *Projeto História*. Revista do Programa de

Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, n. 14, fev. 1997b.

POUGAM, S. Abordagem sociológica da exclusão. In: *Por uma sociologia da exclusão social: debate com Serge Pougam*. São Paulo: Educ, 1999.

RAICHELIS, R. Gestão pública e cidade: notas sobre a questão social em São Paulo. In: *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 90, jun. 2007.

RIZZINI E RIZZINI, I. *A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios presentes*. Rio de Janeiro: Loyola, 2004.

SANTOS, B. S. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 2008.

SPOSATI, A. *Reordenamento de abrigos infanto-juvenis da cidade de São Paulo: construção da política interinstitucional da defesa dos direitos de convivência familiar e comunitária das crianças e adolescentes de São Paulo*. São Paulo: SAS, 2004.

SAWAIA, B. O sofrimento ético político como categoria de análise da dialética da exclusão/inclusão. In: SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 2007.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, R. C. S. *Crianças e adolescentes (des)acolhidos: a perda da filiação no processo de institucionalização*. 2001. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SILVA, R. *Os filhos do governo: a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas*. São Paulo: Ática, 1996.

YASBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. In: *Temporalis: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS*, ano II, n. 3, jan./jun. 2001.

VELHO, G. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.